

MUNICÍPIO DE SOURE

*Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no
Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro
de 2006*

A 1ª SECRETÁRIA

Luísa Margarida Lima Anjo, Dra.

O 2º SECRETÁRIO

António da Silva Letra

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

O Senhor Deputado Joaquim Góis Duarte Estrela ausentou-se pelas 16,00 horas, não retomando a Sessão.

O Senhor Deputado José Rosário Martins ausentou-se pelas 16,10 horas, não retomando a Sessão.

Não havendo mais assuntos a tratar, o 1º Secretário da Mesa leu em voz alta a minuta da acta tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar as deliberações hoje tomadas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos às 16,40 horas.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Manuel de Sousa Domingues, Dr.

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

alguns casos dei sinais políticos não objectivados, mas isso não significa qualquer recuo a uma perspectiva avulsa, que repudiamos em termos de gestão, nem o menor desacordo com a vossa perspectiva de que devemos tentar tudo racionalizar, regradar o mais possível, e tentar ver o mais longe possível. A diferença está que, sinceramente com os elementos de que disponho, não me senti preparado para ir mais longe e mesmo em termos das apostas estratégicas que me foram sugeridas, penso que foi possível fazer a conciliação saudável entre visões muitas vezes convergentes mas com algumas novidades de parte a parte.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º José de Almeida Lopes: “aquilo que falei em termos de linhas mestras de desenvolvimento do Concelho não quer dizer que tenham já verbas cabimentadas ou preparadas para esses valores, mas seria importante, como temos muitas rubricas dentro do nosso Plano, em que estejam só abertas com uma verba simbólica. O que é certo é que a ideia está lá, está prevista, pode ser trabalhada e as pessoas sabem qual é a ideia do Município, não quer dizer que, neste momento, tenhamos que cabimentar as verbas, temos é que abrir as rubricas para que as pessoas pensem que, de facto, este é o caminho que a Câmara Municipal quer seguir. O que é certo é que por um valor simbólico, como muitas rubricas estão no Orçamento, estão abertas mas estão preparadas e as pessoas sabem que é para ali que vamos caminhar, é para ali que temos que libertar algumas verbas. Se vierem Apoios Comunitários, melhor ainda, poderíamos, em vez de resolver em 5 anos, resolver em 2/3 anos, mas o que é certo é que essas linhas mestras estão no Orçamento e, neste momento, não as vejo nestes Planos Plurianuais... não é cabimentar já as verbas. Sei perfeitamente que num Plano que se está ainda a desenvolver nos Baceiros não sabemos quanto é que lá vamos gastar, o que é certo é que o Plano de Pormenor do Baceiros é um exemplo... gostaria de ver outras ideias com rubricas abertas para podermos começar a trabalhar e a pensar no desenvolvimento do Concelho.”

Foi deliberado, por maioria, com dezanove (19) votos a favor, três (3) votos contra e uma (1) abstenção, aprovar a proposta das Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - para o ano de 2006. -----

Foi deliberado, por maioria, com dezanove (19) votos a favor, três (3) votos contra e uma (1) abstenção, aprovar o Orçamento para o ano de 2007. -----

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

foram sugeridos pelos eleitos da CDU e fazemo-lo com total satisfação, mas isso também não significa que abduquemos das nossas próprias convicções. Esta é uma proposta, virada para o desenvolvimento do Concelho, que congrega um conjunto de contributos e, com todo o respeito, eu que lidero o processo, permito-me, por assumir que não tenho informação objectiva suficiente, não arriscar fazer uma previsão concreta a quatro anos e devo-lhe dizer que o exemplo que terá dado de que, apesar de tudo, ainda subsistem algumas medidas avulsas, julgo que aquilo que quis transmitir, ao contrário do que alguns possam ter percebido, é que quando estamos todos a fazer um esforço para a integração que, apesar de tudo, ainda há reminiscências avulsas... não é verdade, porque de há muito tempo que no âmbito da Terceira Fase da Concepção/Execução do Plano de Pormenor dos Babelos, que se prevê a possibilidade de um pequeno Parque Desportivo para Desportos tidos como mais radicais e é no desenvolvimento do Plano para essa terceira fase que surgirá este Parque, sendo que o valor inscrito em Desporto diz apenas respeito à aquisição dos equipamentos, exactamente onde é que eles ficam e como é que ficam, é em Urbanização e Urbanismo, portanto, não há aqui nenhuma medida avulsa. Teremos a oportunidade de discutir todos se ele fica mais ali ou mais acolá, naquele espaço onde, claramente, todos sabemos que é para o Lazer e para a Fruição.

Na questão da PEL, a questão não tem só a ver com acessibilidades. Do que estamos a falar, neste momento, é apenas e só, da sua operacionalização através de um Agrupamento Complementar de Empresas e daquilo que poderá significar, nos nove meses de montagem, o esforço de cada Município, de acordo com uma chave de repartição de custos, mesmo que não haja aprovação de Candidatura, porque se houver nem aquele pequeno esforço o será. A projecção é para 2010 e nem o próprio Gabinete, chefiado pelo Professor Doutor Luís Tadeu, que está a fazer o estudo, arriscou ir além de uma previsão de custos de cada Município para nove meses se, porventura, não houver aprovação da própria Candidatura.

Da mesma forma que para a Plataforma de Promoção do Território, é uma pequena Candidatura de Terras de Sicó em que por 4.800,00 euros, para três anos, qualquer do Municípios ficará como que numa montra em suporte digital, virada para todo o mundo, numa empresa creditada em termos de marketing... mas a ideia é não deixarmos de aproveitar a adesão em condições favoráveis a uma montra no âmbito de uma aposta sub-regional que nós integramos, portanto, aí são situações das quais não nos podemos nem devemos desintegrar.

É evidente que compreendo perfeitamente que o Senhor Deputado Municipal, com uma vida toda ela assente no rigor técnico, tenha ainda alguma dificuldade em, na gestão política, nem sempre podermos objectivar, como fazemos no privado; eu não tenho esses elementos todos... politicamente, iríamos ter, aqueles que não integram a maioria, a dizer “*ele assumiu que fazia isto e não está cá nada*”; eu preferi dar sinais políticos... assumo que em

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

devem não esperar pelo fim do ano para apresentar propostas mas ao longo do ano começar a preparar o trabalho de casa para chegar aqui com propostas muito concretas.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “permito-me corrigir-lhe algumas imprecisões.

Primeiro, a evolução das Despesas com Pessoal não é de 13%, porque não pode fazer uma comparação com base na previsão do Orçamento de 2005 com o de 2006, porque enquanto o de 2006 é feito já com conhecimento, por exemplo, do acordo do acréscimo salarial, no de 2005 isso nem sequer estava acordado. O que deve é comparar o valor a que se chegar em final de 2005, cerca de 4.600.000,00 euros com os 4.700.000,00 euros e chegará a 3/4 % e não a 13% porque é preciso perceber que o Orçamento deste ano, em matéria de Despesas com Pessoal e de acordo com as regras orçamentalmente aplicáveis, permitia relevar com precisão um conjunto de despesas que já estavam assumidas; quando fizemos o de 2005, ainda não poderiam ser consideradas como despesa prevista, porque ainda não estavam aprovadas nem anunciadas e, portanto, a comparação não deve ser feita entre exercícios de previsão, mas, entre realidade de partida e aquilo que se prevê para a realidade de chegada, porque os dados de que dispomos neste momento não eram os dados de que dispúnhamos em Dezembro de 2005, quando tratámos do Orçamento para 2006... portanto, não são 13%, trata-se de uma diferença completamente diferente, que altera completamente o seu raciocínio.

Depois, e saúdo-o pelo trabalho, diz que já conseguiu ter projectado como é que gastaria todas as receitas para os próximos 4 anos... eu não consigo e saúdo-o pela informação que tem e que eu não tenho e não consigo por uma razão muito simples: porque há um conjunto ainda de receitas, que espero que consigamos vir a ter, que resultarão de Programas que ainda não estão, em concreto, definidos. De maneira que, das duas uma, ou partiu do pressuposto que não vamos ter acesso a esse tipo de receitas ou, pura e simplesmente, antecipou-se ou teve acesso a uma informação que eu, sinceramente, ainda não tenho, até porque o Senhor Ministro, que está a debater o próximo Quadro Comunitário de Apoio em Bruxelas, ainda não passou de um conjunto de anúncios de medidas genéricas; ainda não estão definidas, em concreto, as despesas que serão elegíveis no próximo Quadro Comunitário de Apoio, o que estão definidos são vectores genéricos, portanto, acho que é um exercício de elevado risco, fazer uma projecção a quatro anos quando ainda nem o Ministro, que está a tratar do assunto, se atreveu a fazê-lo...

Depois, é preciso perceber o seguinte: em Democracia as propostas têm que ter sempre rigor técnico e consciência social, mas devem contar com o contributo daquelas e daqueles que estão apostados e nós, com seriedade e responsabilidade política, procurámos, absorvemos, concordámos e subscrevemos alguns dos contributos que nos

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

deveremos seguir. Deveríamos dar algumas ideias e algumas reservas, por exemplo, nem que seja em áreas muito específicas para possibilitar o desenvolvimento de Zonas Industriais. Falo, por exemplo, olho para a Zona Industrial de Soure, neste momento está completamente tapada em termos de desenvolvimento; olho para a Zona Industrial de Alfarelos, pouco tem para se desenvolver; continuo a ouvir que a Zona da Presa, que deveria ter sido apresentado um projecto este ano, que continua sem o mesmo... há aqui formas que poderíamos ter acautelado, e começar a preparar, nem que não sejam restritivas, a aquisição ou reserva de áreas de maneira a podermos possibilitar, ou privado ou público, o desenvolvimento dessas Zonas Industriais.

Estou a ver algumas medidas que continuam a ser um pouco avulsas, não só no Desenvolvimento Económico mas, por exemplo, vejo aqui uma medida que foi até uma reclamação, que é a Pista de Patins... gostaria de ver o Plano global antes de implementarmos medidas avulsas, de forma a que possamos ter um desenvolvimento global.

Vejo aqui a Plataforma Logística que pode ser um potencial desenvolvimento na área económica do Concelho, mas o que é certo é que essa Plataforma está dependente de termos acessos à mesma e que continuamos, de alguma forma, com acessos limitados para que aconteça esse desenvolvimento.

Os fins turísticos... já começam a haver alguns planos, algumas ideias. De facto, o Turismo em Soure pode ser potencialmente um futuro a desenvolver, o que é certo é que neste momento ainda não há ideias claras de como o vamos desenvolver e acho que deveríamos começar a ter algumas ideias que poderiam aparecer neste Plano, que nos pudessem obrigar a pensar o que é que queremos para o futuro do nosso Concelho.

Quero ainda realçar que as propostas são limitadas pelo facto em que estamos numa altura de contenção de despesa, de investimentos. É um facto que estamos numa situação em que estamos a acabar muitas obras e que vamos começar a planear outras; acho que deveríamos estar, neste momento, já a discutir planeamento e esquecermos a obra que está feita, falamos demasiado em obra feita e pouco em obra e planeamento futuro e acho que deveríamos passar a essa fase e as grandes linhas deveriam estar nesta informação. Há que realçar, de facto, que de qualquer das formas há áreas que tinham sido esquecidas em todos os outros Orçamentos e Planos anteriores, como a Acção Social e, neste momento, há desenvolvimento nessa área, não só em termos de resolução nos casos muito específicos que temos na actualidade mas também em termos futuros; não se falou ainda na parte da Habitação e na recuperação de Habitação de Custos Controlados mas pode ser um futuro, termos acções à volta deste assunto que podem ser desenvolvidas e que, neste momento, já estão bastante bem planeadas.

Acho que poderíamos ter feito melhor, espero que no próximo ano consigamos, com trabalho de todos e não é só um trabalho do Executivo mas também de todas as Bancadas,

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

Relativamente ao Orçamento, gostaria de ver, e reforçar aquilo que disse na primeira parte quanto à informação do Executivo, de que temos que nos preparar em termos de dívida pública para um novo Quadro Comunitário e não vejo neste Orçamento qualquer sinal no sentido de nos precavermos relativamente à Dívida. Só temos duas formas de nos precavermos em relação à dívida, ou reduzimos as Despesas ou reduzimos o investimento. Não sou propriamente apologista da redução de investimento, portanto, temos que olhar com muito mais atenção para a redução da despesa, essa sim, podemos ir buscar alguma coisa e transformar em investimento; está feita alguma coisa nesse sentido, é um facto, mas podemos fazer muito mais.

Tem-se falado muito, relativamente ao Orçamento, na redução das Despesas com Pessoal; vejo, independentemente daquilo que se possa dizer, os termos comparativos entre Orçamentos anteriores e este ano, não contemplavam algumas verbas mas o que é certo é que este ano vamos ter um aumento da Despesa com Pessoal de 13%; é claro que nesses 13% estão os aumentos previstos que não foram incluídos o ano passado; está também o aumento de todas as admissões relativamente ao acompanhamento dos Transportes Escolares... compreendo que estes 13% sejam absorvidos por essas “anormais” admissões que foram sujeitas este ano, o que é certo é que eu penso que devíamos ter feito um pouco mais relativamente às Despesas com Pessoal; houve um esforço, de há dois anos para cá, para reduzir, por exemplo, as Horas Extras, conseguimos reduzir cerca de 40.000,00 euros/ano; acho que podemos fazer ainda muito mais, sobretudo que muitas dessas Horas Extras, sem personalizar nada, podem ser transformadas em emprego, o que é muito mais importante porque, de facto, em alguns sectores vemos que algumas horas pagas poderiam dar o mesmo valor a mais um ou dois empregos para esses sectores que estão deficientes em termos de pessoal e isso seria muito mais importante, de facto, termos essa criação de emprego, seria muito mais benéfico porque estaríamos a transformar essas Horas Extra em produtividade.

Relativamente às Propostas, como o Senhor Presidente disse, é claro que são propostas Plurianuais mas não vejo só plurianuais para trás, gostaria de ver também plurianuais para a frente, ou seja, gostaria de ver caminhos muito claros do que é que são as propostas principais deste Executivo para os próximos anos, até porque estamos a entrar num Quadro Comunitário de Apoio que é muito importante, é provavelmente o último a que vamos ter acesso e era muito importante que não perdêssemos as oportunidades que temos à nossa frente e então gostaria de ver dentro deste Orçamento já algumas linhas que nos pudessem... nós, Deputados Municipais temos que fazer o nosso trabalho de casa, comparticiparmos muito mais neste Plano porque tendo as linhas directoras do Município podemos complementar; se hoje soubéssemos que daqui a 2/3 anos o Município tem um caminho para caminhar, começariamos a preparar as nossas metas e objectivos, as necessidades das Freguesias e complementar, de facto, este caminho que

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Vítor Trindade: “sem qualquer desrespeito pelas intervenções que me antecederam, apenas dizer que não nos vamos debruçar sobre qualquer análise individual dos documentos que estamos a apreciar, tanto mais que sendo a Assembleia Municipal um órgão de discussão política por excelência, interessa-nos discutir politicamente estes documentos e não sob o ponto de vista se as contas estão bem feitas, para isso teremos outras Instituições, entre os quais o Tribunal de Contas...

Relativamente ao Orçamento, obviamente que não nos podemos deixar de congratular pela tal autonomia do equilíbrio orçamental, quer isto dizer que o facto das receitas correntes serem superiores às despesas correntes e permitirem, de facto, a sua canalização para despesas de capital, quer isto dizer, para proporcionarem investimentos no sentido de melhorar a condição de vida dos nossos Municípios.

Relativamente às Grandes Opções do Plano, o Senhor Presidente, e bem, na nossa perspectiva, dizia que isto não é um documento isolado, acaba por ser talvez, não a “porta fechada” como se fez no passado mas a “porta escancarada” para aquilo que se irá fazer no futuro. As linhas mestras que se encontram aqui tratadas, não nos podemos deixar de congratular, particularmente com a quase duplicação de verbas ao nível da Acção Social, que isto dizer, esta é uma marca fundamental destas Opções, isto é, se analisarmos o documento, chegamos à conclusão de que tudo aquilo que é infraestrutural deixa de ter um peso relativamente às áreas humanas e, portanto, temos a consciência que as Grandes Opções passam, à semelhança do que o Senhor Presidente e o Executivo já vinham defendendo e continuará a defender, pela humanização daquilo que consiste da Actividade Municipal e é neste âmbito, e de acordo com este pequeno resumo, que iremos votar favoravelmente os dois documentos.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º José de Almeida Lopes: “esta Bancada olhou para este Orçamento e para as Propostas com muito rigor, não partilho da informação dos Deputados do PSD pois tivemos a informação a tempo e horas, pelo menos a informação que estava disponível para nos podermos pronunciar sobre as propostas do próximo ano, se não foi o caso da Bancada do PSD, tenho muita pena que não tenham tido tempo de o fazer, de qualquer das formas, a preocupação desta Bancada, se não tinha a informação, ia à procura da mesma para poder trabalhar nela e podermos responder a quem nos elegeu de que estamos aqui para trabalhar. Caberia bem ao Executivo facilitar o mais possível a informação de maneira a que esteja disponível para todos.

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

em que Soure teria investido no depósito, Pombal na captação; pensamos que será de fazermos nós uma captação nessa zona, de interligar o resto da Freguesia, ficarmos com o problema da não dependência exclusiva e da não dependência de um Concelho vizinho. Por outro lado, temos ainda uma ilha na zona de Bonitos/Simões, sendo que, curiosamente, temos toda a Freguesia de Soure já com interfaces entre quatro captações, na tal não dependência exclusiva, e temos ali um bocadinho que, desde sempre, veio pela adutora de Pombal; em vez de estarmos a pagar, vamos tentar lançar esse investimento e tentar que o mesmo fique interligado com aquilo que são as adutoras que temos na Freguesia de Soure... portanto, é neste quadro que surgem perspectivados esses dois, mas tendo por base, mais do que uma opção de natureza política ou partidária, uma avaliação técnica e social de que não nos devemos alhear neste como noutros domínios.

Piscina Coberta de Soure... pensamos que haverá condições para fazer um excelente investimento; ainda não está ultrapassada a questão da localização porque só após a aprovação do tal Plano de Pormenor da Zona Nordeste poderemos vir a ter um terreno adequado para a Piscina. É também evidente que não é por acaso que resolvemos nem apresentar Candidatura aos Campos Relvados, embora alguns dissessem que não o poderíamos fazer porque já tínhamos um, mas, acima de tudo, porque os recursos também não esticam... Nós consideramos que em termos de Desporto, a Piscina Coberta de Soure, com uma resposta larga, e o Pavilhão Desportivo Municipal Coberto para as zonas de Alfarelos, Figueiró do Campo e Granja do Ulmeiro, são dois vectores essenciais!!!...

Julgo que referiu aquela questão do espaço entre o Rio Anços e o Rio Arunca. Não obstante se ter lançado alguma confusão na última Eleição Autárquica, a verdade é esta: temos vindo a desenvolver um conjunto integrado de investimentos que assenta na chamada Concepção e Execução do Plano de Pormenor dos Bacosos... a primeira fase desse Plano de Pormenor dos Bacosos teve a ver com a construção de uma ponte nova, com aquela rotunda da Nora, com um acesso aos Bacosos porque nem sequer havia acesso viário aos Bacosos, havia apenas o acesso pedonal pela Ponte da Várzea; teve a ver com essa correcção de traçado, e também com a aquisição do resto dos terrenos, que ainda não eram nossos, entre os rios; com o tratamento das margens... depois, a segunda fase, teve a ver com a requalificação do Espaço entre o Castelo e o Rio Anços... o Espaço Multiusos - Soure 1111, um belíssimo investimento de $\approx 1.300.000,00$ euros... terá uma terceira fase, em que o espaço entre os rios, será objecto de uma intervenção muito mais leve e onde o ponto de partida para a Requalificação desse espaço será o investimento em Pontes Pedonais de ligação, quer da zona entre o Castelo e o Rio Anços para a zona intermédia, quer depois da zona intermédia para atravessar o Rio Arunca e estarmos na Várzea das Mós.”

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

extravio; não culpabilizo os funcionários da Câmara por esse motivo, não é a minha maneira de estar na vida, mas reconheço que não tinha possibilidade técnica que pudesse fazer uma análise profunda sobre este assunto porque, nesse aspecto, sou “analfabeto”. De qualquer modo, fica aqui o meu desagrado por esse motivo.”

Usou da palavra o Senhor Deputado José Bernardes: “referir alguns aspectos que penso que são positivos para a Freguesia de Soure e que estão englobados nas Grandes Opções do Plano e começaria pelo novo Furo de Bonitos/Simões; acho que neste Plano há dois novos furos, um na Freguesia de Soure e outro na Freguesia de Vinha da Rainha; penso que isto é a continuidade da política municipal, que é não estar dependente de uma só captação.

Também no Saneamento, embora no Plano para o corrente ano Espírito Santo e Lugares Limítrofes viesse contemplado, como a verba é substancial para 2008, e se tudo for como previsto, penso que essa será uma obra ainda a lançar no próximo ano; também fica aqui o meu agrado.

Outro reparo que vejo aí e que também está englobado nas Grandes Opções do Plano são as Pontes Pedonais entre o Rio Arunca e o Rio Anços... Pontes essas que são muito necessárias quando se tratam de eventos como a Gastronomia, o S. Mateus ou a própria Feira à Segunda-feira...

Vou-me penitenciar porque a Ponte de Alencarce de Baixo, estive com o Senhor Presidente no dia 8 de Dezembro no local, não foi inserida na minha informação para o Plano do próximo ano, mas penso que, de qualquer forma, vai arranjar solução para que a mesma seja reposta porque foi uma das pontes que foram abaixo com a intempérie de 24 para 25 de Outubro.

Quanto à Piscina Coberta para Soure, ia reforçar a ideia do Senhor Deputado Eng. Lopes, que quando ela for lançada e seja uma realidade, tenha as condições adequadas a que se possa receber actividades de âmbito nacional, embora haja aí outras acções a desenvolver na Freguesia...”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “no Abastecimento Público de Água e no âmbito da tal preparação participada, quer com os Autarcas, quer com os técnicos, como sabem, temos tido uma dupla preocupação: não termos dependência exclusiva de uma só captação e também não dependermos de Concelhos vizinhos, sendo que subsistem ainda três pequenas dependências. Quanto a estas dependências, temos uma na zona de Sabugueiro/Cabeça da Corte/Malavenda com o Concelho de Ansião, que não será fácil de ultrapassar e duas outras, uma no sul da Freguesia da Vinha da Rainha, em Queitide, resultante de um acordo com o Concelho de Pombal, anterior ao meu primeiro mandato,

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

Coesão, Competitividade, Cooperação... nós, no Concelho de Soure, há muito que estamos nos três C's; há muito que nós dizemos que temos uma política com duplo equilíbrio nos 200 lugares, nas 12 Freguesias, nas diferentes atribuições municipais para que tenhamos um Concelho cada vez mais homogéneo, menos assimétrico; é o reforço da coesão!!!... há muito que nós dizemos que o que fazemos, devemos fazer bem, diferente, para melhor. É apostar na competitividade!!!... há muito que nós fazemos Protocolos, designadamente, com as Juntas de Freguesia, com as Instituições ligadas à Educação, Cultura, Desporto, Acção Social, Protecção Civil... porque percebemos que é numa lógica de parceria, assente na cooperação!!!... que vamos atenuando as dificuldades de todos e com sinergias conseguimos minimizar as dificuldades para encontrarmos soluções. Portanto, a estratégia dos três C's, há muito que era a nossa, com outros nomes, e é com orgulho e satisfação que verificamos que hoje é essa a grande bandeira europeia e nacional do próximo Quadro Comunitário de Apoio, que é exactamente esta questão da Coesão, da Competitividade e da Cooperação... estas são as nossas propostas de Orçamento e de Plano de Actividades, nesta ambiência genérica.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Francisco Malhão: “relativamente ao Plano, quero-me congratular, e espero que seja uma realidade no fim do ano, com a Construção da Ponte sobre o Rio Ega, um dos acessos via Casais Velhos, que é uma necessidade premente e que já várias vezes a tenho levantado.

Gostaria de lembrar, porque não está aqui especificado, mas pode haver já sinalizado o problema num dos acessos em direcção ao Concelho de Montemor-o-Velho, que é na Estrada da Quinta do Paço, existe um estreito onde só passa um carro de cada vez, e sei do próprio proprietário, que está na disposição de ceder terreno para resolver esse problema; não sei se está já incluído... gostaria de saber se é possível resolver aquele problema porque existe o perigo de haver choque frontal se não houver o cuidado de ir com atenção...”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “há uma predisposição para continuarmos a resolver pequenas questões que nos possam ter sido sugeridas pelos Autarcas e que nem sempre estão ainda avaliadas tecnicamente, como penso que se tratará do caso que nos levantou...”

Usou da palavra o Senhor Deputado Joaquim Duarte Estrela: “não me vou pronunciar sobre as Grandes Opções do Plano porque não recebi esse documento. Admito algum

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

provenientes das Receitas Correntes para aplicação em investimento. É também um Orçamento que continua a evidenciar que devemos continuar a apostar na descentralização, opção com grande eficácia na mobilização de vontades e multiplicação de recursos.

Se passarmos ao exercício de previsão desenvolvido na proposta de Plano e o Plano, não é separável, dissociável do Orçamento... ele corresponde a uma parte do Orçamento. No Orçamento estão as Despesas que estão previstas em Plano e outras Despesas que, pela sua natureza, não têm que estar, nem devem estar em Plano; esta proposta de Plano tem também um conjunto de características: desde logo na metodologia da sua elaboração, é um Plano participado de baixo para cima... pedimos a todas as Juntas de Freguesia, sem exceção, que nos fizessem chegar as suas sugestões, que procurámos acolher; pedimos/solicitámos/determinámos aos técnicos municipais, que connosco colaboram nas diferentes áreas com o conhecimento que já têm da realidade, que nos sugerissem a própria priorização de necessidades que tecnicamente advém do seu conhecimento... portanto, foi participado em termos autárquicos, com legitimidade democrática e em termos técnicos, para lhe dar consistência técnica, sendo que, mesmo em termos autárquicos, distribuámos a cada uma das forças partidárias com membros eleitos nos dois Órgãos Municipais - Câmara e Assembleia -, com cerca de uma semana de antecedência, aquilo que já era a nossa pré-proposta para que, se o entendessem, pudessem apresentar, atempadamente, contributos que a pudessem valorizar, porque não concordamos com a ideia que uma proposta tem que ser segregadora, que não possa incluir soluções que não assente em ideias provenientes dos quadrantes da maioria, quando o que está em causa é o desenvolvimento de um Concelho.

O Plano tem que ter alguma continuidade coerente com anos anteriores porque é Plurianual, é um documento estratégico... não há praticamente área nenhuma onde não tenham “desaparecido” investimentos e onde não tenham surgido outros. Se olharem com atenção, aparecem boas sugestões... estão lá acções já perspectivadas, ou de acordo com a Carta Educativa, ou com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, ou com as orientações já conhecidas daquilo que é o próximo Quadro Comunitário de Apoio... trata-se de um documento estratégico, assente na convergência possível entre a nossa realidade social e económica e a realidade dos quadros de que nos poderemos socorrer para, em parceria, continuarmos a encontrar soluções.

Nunca tendo eu, ao longo destes anos, gostado de reduzir a estratégia de desenvolvimento do Concelho a bandeiras e a logótipos, e recorro que muitas vezes me diziam “qual é a bandeira do Concelho? Qual é o desígnio estratégico?” e eu respondi sempre “a bandeira é o desenvolvimento” e o desenvolvimento é resultante de um conjunto integrado e, portanto, não gosto de bandeiras, porque acho que são redutoras; não gosto de desígnios... mas, reconheço que hoje, na União Europeia, a bandeira são os três C's:

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

genérica, reservando alguma discussão na especialidade para eventuais pedidos de esclarecimento ou considerações sectoriais ou parcelares que venham a resultar das vossas intervenções.

Começando pelo Orçamento, penso que este exercício de previsão, este instrumento de gestão assenta em três balizas, em três regras essenciais: primeiro, é um exercício de previsão, um instrumento de gestão que foi desenvolvido num quadro habitual de grande consciência social... Se forem às Receitas Correntes verificarão que a sua projecção continua a assentar em tarifários dos mais baratos do País, não obstante a tendência nacional seja quase como que para uma imposição de subida, nem sempre gradual, dos mesmos; por outro lado, há um outro aspecto balizador que é também a transparência de sempre... Foi determinado aos serviços que no desenvolvimento deste exercício de previsão observassem rigorosamente todas as regras previsionais legalmente aplicáveis, que usassem todo o rigor técnico possível e tanto assim é que neste exercício há a habitual subavaliação de Receitas Correntes, resultante da média aritmética dos últimos 24 meses e existe a sobreavaliação, desde sempre assumida, de uma Receita de Capital, que é a Venda de Bens de Investimento, por um valor que corresponde, neste caso ligeiramente superior, àquilo que é a receita que normalmente se encontra como expediente para responder à Despesa correspondente, a Dívida a Credores que não a Banca;

Uma outra baliza é o pragmatismo... Este é um exercício de previsão, desenvolvido numa ambiência, que já o era no ano transacto, macroeconómica, quer europeia, quer nacional, de contenção e num período onde, apesar de algum anúncio genérico de quais os eixos do próximo Quadro Comunitário de Apoio, em termos objectivos, num período de transição e da indefinição que daí advém, portanto, é um exercício tão pragmático que se, por exemplo, no capítulo das Receitas subtrairmos os 205.000,00 euros que estão por utilizar de Empréstimos aprovados, e os quase 700.000,00 euros do reembolso do investimento feito na ETAR de Figueiró do Campo, ficamos logo com um Orçamento inferior ao que apresentámos o ano passado... percebe-se, assim, claramente, que a ambiência é de contenção; se lhe subtrairmos ainda as Receitas e Despesas correspondentes à grande aposta feita a nível de Recursos Humanos, na formação, mas por Candidaturas que, praticamente, auto-sustentam o investimento, percebe-se que estamos com um exercício de previsão, justificadamente, inferior ao do ano passado, na tal ambiência macroeconómica de contenção e no tal período de transição que significa encerramento de investimentos, preparação de outros e a normalização possível do honrar de compromissos.

Importa referir que, mesmo assim, é um exercício onde fica claro que continuamos com auto-suficiência orçamental, mesmo aproveitando para ir resolvendo a questão de recuperações de dívida com a EDP e com a ADSE... mesmo procurando resolver um conjunto de aspectos ligados a pequenos fornecimentos, continuamos com um exercício que aponta, de forma sustentada, para a possibilidade de voltarmos a libertar meios

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

numa sustentação jurídica em cuja bondade queremos acreditar. Há um trabalho jurídico do IRAR, da Águas do Mondego, SA, verificado pela nossa área jurídica...

No fundo, interpreto a intervenção do Senhor Deputado Simões de Almeida que decorre do seu conhecimento mais directo sobre estas matérias, no sentido de que, sem prejuízo da bondade da decisão política, não haja qualquer tipo de negligência na sustentação jurídica de suporte.”

Foi deliberado, por maioria, com vinte e seis (26) votos a favor e duas (2) abstenções, aprovar a presente proposta de Protocolo. -----

Os trabalhos foram interrompidos às 13,40 horas, para almoço.

Os trabalhos foram retomados às 15,35 horas, verificando-se a ausência dos Senhores Deputados Carlos Matos dos Santos, Virgílio Santos Silva e Dr. Carlos Miguel Simões Pimenta.

PONTO 5. APRECIÇÃO DE PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2007

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “como sabem, desde sempre tenho defendido que o objectivo que todos prosseguimos, que é a continuação do desenvolvimento do Concelho de Soure, não deve resultar de uma só acção, de um só conjunto de acções por muita importância económica e social que possam ter, porque o nosso entendimento de desenvolvimento, da melhoria do bem estar colectivo, é que essa melhoria deve assentar num conjunto integrado e interligado de investimentos não dissociáveis uns dos outros, antes fazendo parte de uma estratégia clara previamente definida... é nesta ambiência que, quanto à proposta de Plano, nesta intervenção, não abordarei área a área, mas estarei disponível para quaisquer esclarecimentos adicionais à proposta e é nesta ambiência que me limitarei, como sempre fiz, a uma apresentação

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

conhecimento se esta obra está concluída, penso que sim, não se iria fazer o Contrato sem que a mesma estivesse concluída; se já foi, inclusivamente, participada, ou seja, trata-se de um prédio urbano, de um bem e como tal, os prédios têm que ser inscritos nas respectivas matrizes. Embora seja uma ETAR, é um prédio urbano com a classificação Outros e, como tal, terá que ter a sua inscrição na respectiva matriz, aliás, até para reforçar que o imóvel pertence à Câmara Municipal de Soure.

Teria que se fazer essa participação, o prazo são os 60 dias após a conclusão das obras, de acordo com o Código da Contribuição do Imposto Municipal sobre Imóveis e isto porque este Contrato, como é superior a 30 anos, também nos termos do Código do IMT, está sujeito ao pagamento do mesmo IMT e esse IMT terá que ser feito até à realização do Contrato, portanto, há aqui toda uma situação que se interliga e em que tenho algumas dúvidas. Portanto, a ETAR tem que ser participada em termos fiscais, como um património, como um bem, como um prédio urbano; ao fazer-se este Contrato, se ele é superior aos 30 anos, de acordo com o Código do IMT, no artigo 2.º, *“incidência objectiva territorial - o IMT incide sobre a Transmissão a Título Oneroso de Propriedade, ou figuras parcelares deste direito, sobre bens imóveis situados no Território Nacional”* e depois, *“para efeitos do n.º 1, integra ainda um conceito de transmissão de bens imóveis, o arrendamento ou subarrendamento a longo prazo, considerando-se como tais os que devam durar mais de 30 anos”*. Esta é a situação que me está a preocupar e está-me a preocupar porque a Câmara Municipal, de acordo com o mesmo Código, é responsável pela fiscalização, aliás, o IMT é uma receita do Município; o próprio Código diz que a própria Autarquia tem que ser um órgão fiscalizador e eu estou a alertar, a minha missão é alertar, mas tenho algumas dúvidas: primeiro, se a ETAR, efectivamente, foi participada; em segundo, se foi vista essa situação. Por um lado temos uma SA com aquela situação economicista, interesses lucrativos... o Município de Soure quer é realizar e criar condições, melhores possíveis, para os Municípes poderem viver com qualidade de vida... só alertar para todas estas situações, não vamos nós aprovar uma situação de ilegalidade, eu não me vejo a dar um voto favorável sabendo, de antemão, que estou a ir contra a própria lei, e na sequência do que o Senhor Deputado Eng. Almeida Lopes referiu, até que ponto é que amanhã, com este tipo de Contrato, não dizemos *“afinal de contas fomos ultrapassados porque agora queremos utilizar o equipamento, que é nosso, e não podemos porque dizem que não têm capacidade porque têm efluentes de outro Concelho”*.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “agradeço o conjunto de preocupações de natureza jurídica/fiscal expensas pelo Senhor Deputado Simões de Almeida e, evidentemente que quero crer que, quer a área jurídica da Câmara, quer a área jurídica de Águas do Mondego, SA e do IRAR, que é quem tutela e que, juridicamente, se pronunciou previamente sobre este tipo de contrato, estarão a avaliar todos esses aspectos; de qualquer forma, é evidente que aqui tomamos uma decisão política, com base

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

Também não existe nenhuma previsão, nem nos parece que seja essa a intenção, porque não há adutora que o permita, de que se perspective qualquer serviço ao Concelho de Montemor-o-Velho para esta ETAR; Condeixa-a-Nova tem esta possibilidade porque quando preparámos a Candidatura ao Fundo de Coesão, é preciso perceber que o limite do Concelho de Condeixa - Belide - tem umas casas que são de Figueiró e é preciso perceber que uma parte do investimento, na adutora, está completamente feito porque nós iríamos sempre ligar às nossas casas em Belide.

Para o Concelho de Montemor-o-Velho não há nenhum colector... é evidente que as cláusulas que constam da proposta salvaguardam as questões que os nossos técnicos levantaram em termos de evolução... portanto, a questão para a Freguesia da Granja do Ulmeiro nem se coloca e a questão para a Freguesia de Alfarelos, se se colocar, terá resposta, uma vez que há uma cláusula específica que garante a resposta às necessidades do Município de Soure, nas condições dos demais Municípios utilizadores.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º José de Almeida Lopes: “só falei no sentido de Montemor-o-Velho porque, de facto, Montemor-o-Velho está inserido dentro dessa sociedade, como aderente... estava a pensar, por exemplo, e é inevitável e penso que será feito um dia mais tarde, todas as Freguesias que estejam do lado de cá do Rio Mondego, automaticamente, irão ser servidas por este equipamento. Talvez não num futuro próximo mas num futuro a médio prazo, essas Freguesias, certamente, irão usufruir disso.”

Usou da palavra o Senhor Deputado António Simões de Almeida: “começaria a minha intervenção pegando na palavra do Senhor Deputado Eng. Almeida Lopes, uma vez que o contrato, no seu ponto 3, frisa que nos termos do Anexo I do Contrato de Concessão, “a infra-estrutura ETAR de Figueiró do Campo pertence ao Município de Soure e visa efectuar o tratamento de efluentes do Concelhos de Condeixa-a-Nova e Soure”, portanto, está fora de questão o Concelho de Montemor-o-Velho. Para isso têm que alterar este Contrato... preocupa-me já outro aspecto, fala no Concelho de Condeixa e Soure e o Concelho de Condeixa-a-Nova é grande, aí poderá haver a situação de Alfarelos ter necessidade de ligar lá e eles dizerem que já não têm capacidade porque têm Condeixa a ocupar toda a outra parte... é isto que não sei até que ponto é que não possa, no futuro, vir a acontecer.

Gostaria que o Senhor Presidente me desse conhecimento, se possível já, e uma vez que não está aqui escrito, qual é o prazo do mesmo... será de 33 anos... estou-me a preocupar porque todos os Contratos com duração superior a 30 anos têm um tratamento, inclusivamente fiscal, diferente e esse tratamento fiscal, para se desenrolar e poder desenvolver este Contrato à data que aqui está, tenho algumas dúvidas se se estará em condições de se fazer e porquê? Gostava de saber se o Senhor Presidente tem

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

de rendas, é um mero reembolso da parte do investimento custeado pelo Município; também está salvaguardado o nosso crescimento de necessidades, em cláusula própria... foi neste contexto que aprovámos, esta proposta por unanimidade, na Câmara, com a informação técnica do Engenheiro Mário e jurídica do Dr. Marcus Tralhão. Nos termos da lei, solicitamos autorização à Assembleia Municipal para poder subscrever este Protocolo com a Concessionária Águas do Mondego, SA.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º José de Almeida Lopes: “relativamente a este assunto muitas das questões que tinha já foram respondidas, de qualquer das formas, queria deixar que este equipamento, e muito bem, tinha sido redireccionado do objectivo inicial para servir também duas Freguesias do nosso Concelho, que são Alfarelos e Granja do Ulmeiro e ponho, neste momento, a pergunta: se, de facto, esse objectivo que tinha sido redireccionado, continua activo ou se a inclusão dos outros Concelhos, como Montemor-o-Velho e Condeixa-a-Nova que irão usufruir agora deste equipamento, vão limitar a utilização destas duas Freguesias. Será necessário, em termos futuros, construirmos uma ETAR para servir estas duas Freguesias, visto que já tínhamos construída e que estava com disponibilidade para aceitar as águas dessas duas Freguesias? Se, no futuro, Condeixa vai ocupar o espaço disponível para Alfarelos e Granja do Ulmeiro, como é que vamos resolver o problema destas duas Freguesias? De facto, arrecadamos verbas mas estamos a pôr em causa investimentos futuros.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “não está prevista qualquer utilização pelo Concelho de Montemor-o-Velho... a base de tratamento para o Município de Soure, à partida, são já as Freguesias de Figueiró do Campo e de Granja do Ulmeiro. Terminámos, recentemente, um investimento numa Estação Elevatória na zona de Gabrielos; estamos já a preparar um outro complementar. Não incluímos já a Freguesia de Alfarelos, mas há uma cláusula que garante que qualquer crescimento ou necessidade nossa é atendida porque cabe-lhes a eles fazer investimento na reformulação da capacidade do equipamento... a questão que se coloca é que, sem prejuízo de pensarmos que irá haver uma progressiva aproximação tarifária, porventura, a tendência não é para o afastamento tarifário, o futuro dir-nos-á se se justificará que Alfarelos fique também ligada ou se, pelo contrário, a ETAR que até aqui tem servido Alfarelos/Granja, que foi recentemente requalificada, deixando de servir a Freguesia da Granja do Ulmeiro se, continuará a ser a resposta adequada e suficiente para Alfarelos.

Assim, para Alfarelos, deixámos a “porta aberta”, porque nos parecia que de outra forma, seria estar já a precipitar uma evolução que, neste momento, tecnicamente não nos foi aconselhada, pelos técnicos que acompanharam de muito perto toda a “negociação” que lhe esteve subjacente.

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

mesmo tratamento tarifário que tinham os demais Municípios utilizadores... Evidentemente que não faria sentido para nós que, mesmo não integrando essa Sociedade, a termos que ceder, sob qualquer forma, um equipamento nosso, que não tivéssemos as mesmíssimas condições de utilização e fruição!!!... também não faria sentido que não fossemos buscar, porque não é de negócio que se trata, aquilo que esse investimento custou na parte paga pela Câmara Municipal de Soure!!!... portanto, os nossos técnicos conversaram com os técnicos de Águas do Mondego, SA, fizeram as contas, chegaram à conclusão que na ETAR, em alguns equipamentos essenciais para o funcionamento da mesma, nos arranjos exteriores, foram investidos \approx 1.600.000,00 euros e que, naquilo que foi considerado elegível, tivemos um apoio de 900.000,00 euros... assim, logicamente, no mínimo, no valor da parte do investimento não co-financiado, isto é, realmente custeado pelo Município.

Trata-se de um acto de solidariedade política mas em que, no mínimo, temos que reembolsar aquilo que já pagámos e o que falta pagar, correspondendo a esforço efectivamente municipal.

O suporte, o tratamento jurídico, de como é que isso se fará foi desenvolvido pela própria Empresa Águas do Mondego, de acordo com o parecer do IRAR.

Temos um tarifário único para o Concelho, agora, é evidente que sendo o nosso tarifário mais barato do que o que Águas do Mondego pratica com todos os seus clientes, mesmo de Municípios accionistas, é evidente que tínhamos que fazer contas, quais?... Quanto é que nos vai custar a diferença entre o que cobramos aos Municípios e o que iremos pagar... bom, de acordo com os cálculos feitos pelos nossos técnicos essas contas poderão significar 1.000/1.500,00 euros/mês... mas, também não é menos verdade, que só o funcionamento dessa estrutura, que é um equipamento tecnologicamente mais complexo, de acordo com os muitos cálculos feitos pelos técnicos, custa logo mais do que isso por mês. Também não é menos verdade que isso obrigaria a um acompanhamento em termos de recursos humanos com um grau de especialização que o tipo de pequenas ETAR`s que temos, para já, não obriga; isto é, da comparação entre a diferença que existirá numa primeira fase, entre o que recebemos dos nossos Municípios e o que pagamos, com o que deixamos de pagar em iluminação pública e em pessoal, resultará uma situação que nos é economicamente favorável.

Acresce que continuamos a considerar que este tipo de experiências concentradoras deste tipo de serviços têm uma lógica lucrativa com pouca consciência social... porém não deveremos fechar a porta à possibilidade de essas empresas caminharem progressivamente para uma maior consciência social, ou até de surgir uma qualquer determinação da Administração Central, impondo aos Municípios que se integrem. Portanto, é uma opção política que não significa que queiramos aderir, significa que não queremos hostilizar e estamos a colaborar no plano da racionalidade económica e social; não é uma antecipação

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

Ao contrário de todos os demais investimentos desenvolvidos no Concelho no domínio do Saneamento Básico, e noutros domínios, o investimento próximo de 1.600.000,00 euros desenvolvido em tudo o que tem a ver com a ETAR de Figueiró do Campo, assentou num projecto que foi desenvolvido no âmbito de uma Candidatura que a Associação do Baixo Mondego e Gândaras preparou para apresentar, então junto do Fundo de Coesão... essa Candidatura foi tecnicamente desenvolvida no pressuposto de criar alguns centros de resposta supramunicipal, daí que a Etar de Figueiró do Campo tenha surgido com um sobredimensionamento decorrente do facto de se dirigir não apenas à Freguesia de Figueiró do Campo, mas também a um conjunto de Freguesias do Concelho vizinho de Condeixa-a-Nova.

Essa Candidatura ao Fundo de Coesão foi, digamos, não considerada, isto é, integrou uma estratégia que ruiu... houve Concelhos que tinham projectos que integravam essa Candidatura que, pura e simplesmente, desistiram de os desenvolver e responderam/explicaram aos Municípios que essa resposta ficava para mais tarde e que teriam que aguardar pelos investimentos do Sistema Multimunicipal a criar!!!...

Em Soure adoptámos outra estratégia... redefinimos a utilização da capacidade desse investimento também para a Freguesia da Granja do Ulmeiro, com “porta aberta” para Alfarelos e porque, temporalmente, não o podíamos rever em baixa, em termos de Fundos Comunitários, apresentámos a Candidatura para esse investimento. A Candidatura foi aprovada, desenvolvemos o investimento e temos claramente uma capacidade que está para além das nossas necessidades nessa área do Concelho. Evidentemente que o Concelho de Condeixa-a-Nova não tem ainda o seu problema resolvido, Condeixa aderiu a esta Empresa, Águas do Mondego, SA; nós não aderimos e, do meu ponto de vista, fizemos muito bem... tanto assim é que, agora, quando “propõem” a adesão, já apresentam condições diferentes das de então... isto não quer dizer que estejamos a equacionar, para já, qualquer projecto de adesão... dizia eu que Condeixa não aderiu e, de há dois anos a esta parte, que o Município de Condeixa “conversa” com a Câmara de Soure, que esta empresa concessionária “conversa” connosco; Condeixa no quadro de um acordo bilateral; a empresa Águas do Mondego, SA, a dois níveis, tentando sensibilizar para “abrirmos a porta” à integração do Sistema e, por outro lado, dando-nos nota de que não se justifica terem que fazer, próximo, em termos de racionalidade económica ou social, um investimento semelhante... nesta perspectiva, do investimento que acabámos de desenvolver, que temos que, de forma politicamente solidária, mas não inocente, “abrir a porta” à cooperação que esteve subjacente à dimensão do projecto e equacionar a proposta que nos foi dirigida por Águas do Mondego, SA.

Esta já é, aliás, uma proposta corrigida... Águas do Mondego, SA, por exemplo, achava que, não querendo nós equacionar a possibilidade de adesão, não poderíamos, no que diz respeito ao tratamento de efluentes das Freguesias tratadas por este equipamento, ter o

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

oportunidade de ler na informação técnica/jurídica subjacente. Recentemente aprovámos, a propósito do Plano de Pormenor da Zona Nordeste da Vila de Soure - toda a zona da Escola Secundária, a parte que dá acesso a Vila Nova de Anços e Alfarelos -, um conjunto de Medidas Preventivas para obstar a que, juridicamente, enquanto decorresse a Apreciação e Aprovação desse Plano de Pormenor não pudessem efectuar-se licenciamentos que entretanto poderiam prejudicar o que estivesse previsto nesse Plano de Pormenor.

Estes processos de aprovações de Plano de Pormenor, junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, nem sempre têm a celeridade que gostaríamos e a verdade é que, decorrido mais de um ano, esta questão ainda não está aprovada, embora tudo aponte para a sua aprovação durante o primeiro trimestre do próximo ano. A questão é que, cautelarmente, o Senhor Director de Departamento sugere que aprovemos uma Prorrogação do Prazo de validade dessas Medidas Preventivas para que não corramos o risco de, porventura, o processo de aprovação do Plano de Pormenor ir para além, por motivos alheios à nossa vontade, do prazo de validade dessas Medidas Preventivas.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a Prorrogação de Prazo, por mais um ano de prazo estabelecido para as medidas preventivas, bem como do prazo estabelecido para a Suspensão do Plano Director Municipal a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2005, D.R. I Série B, n.º 54, de 17 de Março de 2005 e as deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, respectivamente, de 31 de Maio e 30 de Junho de 2004.

PONTO 4. SANEAMENTO E SALUBRIDADE

. PROTOCOLO - ETAR DE FIGUEIRÓ DO CAMPO

- MUNICÍPIO DE SOURE E A ÁGUAS DO MONDEGO, S.A.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “esta é uma proposta de protocolo que assenta numa minuta final que foi apresentada à Câmara Municipal pela Concessionária do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Baixo Mondego, a Empresa Águas do Mondego, SA... permitam-me procurar explicar porque é que surge esta proposta dessa Concessionária e porque é que equacionamos a sua aprovação.

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

Quer a decisão de suspensão parcial do plano, quer de estabelecimento de medidas preventivas, foram ratificadas² por Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2005, publicada no DR, I Série-B, n.º 54, de 17 de Março de 2005, tendo sido estabelecido, para ambos, um prazo de 2 anos, prorrogável, apenas no caso das medidas preventivas, por mais um ano (ver n.º 2 do artigo 3.º).

Embora o Plano de Pormenor esteja em fase final de elaboração, torna-se, porém, necessário que a Câmara Municipal submeta à apreciação da Assembleia Municipal a prorrogação, por mais um ano, do prazo estabelecido para as medidas preventivas, nos termos do n.º 1 do artigo 109, aplicável por força do n.º 9 do artigo 112.º, ambos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, uma as mesmas caducam em 17 de Março de 2007.

Prorrogação que se justifica pelo facto de os objectivos propostos na elaboração deste Plano de Pormenor poderem ser postos em causa se não forem adoptadas medidas preventivas que evitem a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possam de alguma forma limitar a liberdade de planeamento ou comprometer ou tornar mais onerosa a execução do futuro Plano de Pormenor em elaboração - cf. n.º 1 do artigo 107.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro -.

No que respeita à suspensão do plano, deverá ser equacionado propor à Assembleia Municipal, findo o prazo estabelecido para o mesmo - que, como já referimos, é igual ao fixado para as medidas preventivas -, uma nova suspensão parcial do PDM.

Deste modo, sugerimos:

Que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a prorrogação, por mais um ano, das medidas preventivas estabelecidas no âmbito do procedimento de elaboração do Plano de Pormenor, conforme do disposto nos termos do n.º 1 do artigo 109, aplicável por força do n.º 9 do artigo 112.º, ambos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro e do n.º 2 do artigo 3.º do texto publicado em anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2005, publicada no DR, I Série-B, n.º 54, de 17 de Março de 2005.

¹ A deliberação que determinou o início do procedimento de elaboração do Plano de Pormenor acima referido, encontra-se publicada, através de aviso, no Diário da República II Série, n.º 159, Apêndice n.º 90, de 08.07.2004, e foi divulgada através da comunicação social local, tendo, deste modo, sido dado cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 74.º e n.º 2 do artigo 77.º ambos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

² Sendo um dos objectivos propostos na elaboração do presente Plano de Pormenor a alteração do Plano Director Municipal, através da reclassificação do solo agrícola e florestal - inserido na zona identificada por E4 - em solo urbano, quer a suspensão, quer as medidas preventivas - estabelecidas em consequência da suspensão, e para salvaguarda das previsões do plano - estavam sujeitas a ratificação do Conselho de Ministros nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 100.º e n.º 3 do artigo 109.º ambos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
11.12.2006

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “trata-se de uma proposta de Prorrogação de Prazo de um conjunto de Medidas Preventivas, como tiveram

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

que é a estratégia mista?... Não temos nada contra a orientação nacional da centralização e centralizaremos o que for de centralizar mas devemos também manter as chamadas centralizações intermédias desde que com uma resposta estruturada e que são até motivo de animação para manter e aumentar a dinâmica das comunidades envolventes. Por isso é que dizemos que em escolas com um número significativo e estável de alunos, a opção será sempre por irmos fazendo como temos vindo a fazer, reabilitações profundas que permitam que a mudança de nome de Escola para Centro Escolar seja bem mais do que a mera mudança de nome...”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Carta Educativa do Concelho de Soure. -----

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Vítor Trindade, prestando a seguinte Declaração de Voto: “por encarar a Carta Educativa, não como um instrumento de chegada mas antes um ponto de partida para o trabalho futuro, pela perspectiva social, humana e pela conjugação de esforços que tendem a melhorar a qualidade dos serviços ao nível da Educação como instrumento potenciador e de alavancagem para melhorar a formação pessoal, educacional e humana dos nossos alunos, votarei favoravelmente a proposta de Carta Educativa para o Concelho de Soure.”

PONTO 3. HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO

. PLANO DE PORMENOR DA ZONA NORDESTE DA VILA DE SOURE

- MEDIDAS PREVENTIVAS

. PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ZONA NORDESTE DA VILA DE SOURE
MEDIDAS PREVENTIVAS - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Em 31 de Maio de 2004, esta Câmara Municipal deliberou¹ desencadear o procedimento de elaboração do Plano de Pormenor acima referido e propor à Assembleia Municipal a suspensão parcial do Plano Director Municipal, bem como o estabelecimento de medidas preventivas, ambos aprovados, pelo órgão deliberativo do município, em 30 de Junho de 2004.

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

coisa que de há muito vínhamos fazendo, área a área, só que não estava arrumada, visível, passível de ser trabalhada e actualizada a todo o momento... mas, para além do levantamento, aproveita esse mesmo levantamento, aproveita esse diagnóstico, para concretizar com a definição estratégica daquilo que devem ser as prioridades de intervenção municipal também nesse domínio, e não é por acaso que, evidentemente, as conclusões, em termos de cronograma de prioridades desta proposta, estão integralmente vertidas na proposta de Plano de Actividades para o ano seguinte, como também já vinham, algumas delas, em anos anteriores. Portanto, há aqui como que uma intensificação da transparência que deve existir sempre no momento da priorização dos investimentos. Com este tipo de trabalhos fica mais claro, fica menos difícil que se percebam as opções estratégicas de investimento que têm que ser definidas, assumidas e implementadas!!!...

Penso também que é um bom exemplo revelador de que a Autarquia achou por bem dotar-se, não apenas de meios técnicos, mas também de meios humanos que lhe permitam, com o acréscimo, com a mais valia, um melhor conhecimento, uma melhor interiorização da realidade. Quando temos a possibilidade de dar a resposta directa, juntamos a mais valia da sensibilidade, da proximidade, à capacidade técnica ou científica que deve existir e até porque essa capacidade técnica ou científica decorre de matrizes, estruturas tipo que são previamente definidas quanto à elaboração deste tipo de propostas. Penso que esta proposta é uma excelente base de trabalho, um excelente instrumento de gestão que, naturalmente, irá, em permanência, sendo actualizado, procurando acompanhar o evoluir dos tempos.

Não posso deixar de fazer uma referência às projecções porque, sinceramente, tenho o maior respeito pelos modelos matemáticos utilizados nas mesmas mas é, do meu ponto de vista, a parte menos fiável, porque, afigura-se-me, contém um trabalho matemático pouco consistente. De tal maneira que, por exemplo, em termos de evolução da população escolar, com este resvalar já para o Ano Lectivo 2006/2007, a projecção feita para a evolução da população escolar no Concelho de Soure não é coincidente com o que ocorreu porque peca por defeito... a população escolar que temos no Ano Lectivo 2006/2007 é superior àquilo que foi a projecção feita, e ainda bem. Em contrapartida, as projecções demográficas no plano global, do meu ponto de vista, em algumas Freguesias poderão revelar algum optimismo, mas aí até gostaria que estivéssemos enganados e que as coisas se venham a concretizar. Mas as projecções, quando assentam em modelos matemáticos, podem até ter extrema técnica e cientificidade, mas tudo depende da evolução das variáveis consideradas e como é que foram trabalhadas, por isso é que temos que monitorizar, acompanhar, pelo menos, Ano Lectivo a Ano Lectivo para sabermos o alcance daquilo que devem ser as definições estratégicas... esta Carta Educativa expressa também aquilo que é a orientação política municipal em termos de Educação e essa orientação política assenta naquilo a que temos vindo a denominar de estratégia mista. O

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

muito bem feito para lançar um desafio à Autarquia para que, da mesma forma que foi feito o levantamento das necessidades escolares e da Cultura, fizéssemos também, à semelhança do que já fizeram outras Câmaras, a Carta Desportiva do Concelho e levantar as necessidades das estruturas desportivas que darão não só apoio às Escolas, mas a todas as necessidades desportivas do Concelho. Quero lembrar que, de facto, no Concelho em que estamos inseridos, não me apercebo de nenhum equipamento que esteja preparado, por exemplo, para fazer uma Prova Nacional ou Internacional, somos talvez um dos únicos Concelhos que não estejamos preparados para isso; temos Piscinas Cobertas que não são aprovadas para Provas Nacionais por faltarem pistas; não temos, neste momento, nenhum equipamento que seja capaz de responder a qualquer tipo de Prova Nacional ou Internacional, provas que seriam importantes como exemplo e como incentivo para que se desenvolvesse o Desporto no Concelho de Soure, portanto, deixava aqui este desafio à Autarquia, visto já não ser possível inclui-la dentro do Orçamento do próximo ano, de facto, a Autarquia pensasse em implementar o mesmo trabalho para o Desporto. Critico a forma como foram feitos os diferentes recintos desportivos em todas as Freguesias que, se formos verificar, e aí vai realçar, de facto, a Carta Desportiva do Concelho, que a taxa de utilização desses equipamentos é praticamente nula, portanto, pareceu-me que não foi uma medida integrada, com algum futuro, que pudesse desenvolver o Desporto no Concelho.

Claro que quero agradecer o trabalho que foi feito na Carta Educativa, pondo em causa, mais uma vez, os números que estão aqui nos pressupostos futuros de aumento da população, porque não vai ao encontro das preocupações que tivemos na Comissão, por exemplo, do IMI, em que verificámos que, de facto, as Freguesias serranas estavam no decrescer da população, aqui vemos uma tendência inversa, portanto, há aqui uma falta de coerência entre um documento e o outro.

Este é um documento base, que vai sofrer muitas alterações, vai ser trabalhado por todos nós, cabe-nos a todos participarmos para que este documento seja o mais exaustivo possível e seja o retrato mais fiel possível do Concelho e aí sim, vão aparecer números diferentes, preocupações diferentes porque parece-me que estas projecções nos estão a indicar que deverá haver alguns investimentos em algumas áreas que, provavelmente, não terão que ser feitos porque essas projecções estão, de alguma forma, invertidas daquilo que é na realidade. São números que podem ser discutidos, mas eu gostaria de os ver analisados de outra forma, com outras realidades porque são números que não espelham o futuro do Concelho.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “esta proposta de Carta Educativa é um documento, um trabalho com uma dupla face. Por um lado, tem um trabalho de diagnóstico, um trabalho de levantamento e de arrumo daquilo que é a realidade existente e esta é uma

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

mas está-nos a dizer que, para além disso, há questões pedagógicas que devem ser acauteladas. Acho que é muito interessante que isso esteja na Carta Educativa até porque isso não é uma tendência nacional, como se sabe.

Depois, há uma outra ideia na Carta Educativa que acho que é muito interessante, que é a de que “*é necessário construir Centros Escolares*” mas é preciso não perder de vista que a necessidade de intervir hoje, amanhã em algumas escolas do Concelho de Soure é premente. Sem perder de vista que é necessário construir os tais Centros Escolares, é importante dizer que há necessidade de intervir em algumas Escolas do 1.º CEB que estão a funcionar com condições deficientes, por exemplo, no caso da Gesteira, era uma Escola que eventualmente necessitaria de alguma intervenção; a Escola das Cotas, mesmo a de Figueiró do Campo, que ainda há bem pouco tempo sofreu uma intervenção importante a nível da necessidade de acautelar a segurança das crianças, protegendo o muro com uma rede, se calhar, também necessitaria, até porque tem uma população escolar, neste momento, muito grande, de um outro tipo de intervenção...

Por último, gostaria de clarificar o conceito de Centro Escolar... é referido no documento várias vezes, penso que é importante que tenhamos toda a consciência que o conceito de Centro Escolar não deverá ser necessariamente uma concentração de alunos e de salas; o conceito de Centro Escolar, hoje, significa mais do que a concentração de coisas, de escolas, de salas, professores, alunos, é uma concentração de valências, de capacidades de resposta àquilo que actualmente é exigido ao Ensino Básico. A grande reforma que hoje se faz no ensino faz-se muito a nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico e, portanto, estão a ser pedidas às escolas, aos professores que se dêem respostas a vários níveis, é preciso um refeitório, uma biblioteca, uma sala para a prática de Educação Física, um espaço para as Ciências Experimentais, eventualmente um espaço para a colocação de Informática... o conceito, hoje, de Centro Escolar é de que estamos a construir também um novo paradigma de Escola porque é isso o exigido para o Ensino Básico.

Por tudo isto que acabei de dizer, a Bancada da CDU congratula-se com o documento, com a sua apresentação; acho que nesta área como noutras, deveremos ter documentos enquadradores de acções que a Autarquia vai desenvolver, devemos ter documentos que ajudem ao planeamento e que nos façam perceber que aquilo que se faz hoje aqui faz todo o sentido, acho que é muito importante que as opções que se dão a nível da construção, de obras, sejam claras para todos, não só para quem as toma mas também para todas as pessoas que as vêem.

Por tudo isto que acabei de dizer, a Bancada da CDU, para além de se congratular com a qualidade do documento, votará favoravelmente.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º José de Almeida Lopes: “queria fazer minhas as palavras do meu colega de Bancada. Queria aproveitar o facto de termos este trabalho

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

Também a este propósito, a Carta Educativa é eloquente e diz-nos que no Concelho de Soure, presentemente, há uma excelente oferta educativa, há um conjunto de cursos muito variados, dos que estão um pouco na moda, os Cursos EFA, os Profissionais e, neste aspecto, é curiosamente a Carta Educativa, porque foi elaborada antes de Agosto, mas sofreu já uma pequena desactualização que tem a ver com a constituição do tal Agrupamento de Escolas de Soure que ocorreu a partir do mês de Agosto, ou seja, apesar do Concelho de Soure, no retrato, já ter uma oferta educativa, portanto, já tem muitas hipóteses de as pessoas se qualificarem, o que é facto é que aquilo que ocorreu depois de Agosto aumentou ainda esta oferta educativa. O Agrupamento de Escolas, de facto, tem, neste momento, mais oferta do que aquela que foi mostrada, inclusive o Centro de Novas Oportunidades. Há que fazer, de facto, um esforço a vários níveis de qualificação da população do Concelho de Soure.

Relativamente à questão das projecções... penso que alguns de nós, eu próprio fiquei um pouco intrigado com algumas das projecções apresentadas. Elas invertem o sentimento comum que todos nós temos de onde é que a população vai crescer, onde é que não vai crescer, onde é que a população escolar está a crescer e onde é que não está e alguns dos dados que ali apareceram, digamos que subvertem as nossas convicções no que diz respeito à redução e ao aumento da população.

Não estou em condições de discutir contra a Matemática, os dados valem o que valem, são valores, são projecções matemáticas, se calhar, em alguns casos, estarão certas, noutros não mas a Carta Educativa, como qualquer instrumento de planeamento, é flexível, é dinâmico, portanto, ajusta-se às necessidades e às realidades com que somos confrontados no futuro.

Relativamente às propostas, as que estão aí feitas são correctas, a referência à construção de um Centro Escolar de Degraças/Pombalinho faz sentido assim como fará sentido que se possam construir ou transformar em Centros Escolares, Escolas onde há grande concentração de alunos no Concelho de Soure como, por exemplo, Samuel, Vila Nova de Anços, Granja do Ulmeiro.

De qualquer modo, acho que na Carta Educativa, e a propósito do que estou a dizer, estão duas frases muito interessantes: “*a preocupação de que não se encerrem as Escolas sem que se crie uma alternativa de melhor qualidade na Escola de Acolhimento*”, ou seja, é uma opinião com a qual a minha Bancada comunga, é de que não faz sentido promover o encerramento de Escolas se não houver uma alternativa de melhor qualidade para as que vão ser encerradas e, portanto, a explicação que vai ser dada às famílias vais ser “*a Escola encerrou mas ele vai ser transferido para uma Escola que tem outras valências, outro tipo de serviço e outra qualidade*”, isto consta da Carta Educativa e, no fundo, vincula também a Autarquia a esta ideia e acho que é uma ideia correcta, ou seja, no fundo, a Autarquia está aqui a dizer que não alinha pelas medidas economicistas do encerramento de Escolas só porque se poupa dinheiro,

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

Concelho de Soure com rigor e que, no fundo, também prova que a Autarquia possui quadros qualificados, capazes de elaborar documentos deste nível. Normalmente é sempre fácil fazer críticas aos trabalhadores da Autarquia, é bom que também sejamos capazes de fazer elogios quando faz sentido.

Tive a oportunidade de falar já sobre esta Carta Educativa, porque também represento os Professores do Ensino Secundário, no Conselho Municipal de Educação e, obviamente, a opinião que vou exprimir aqui é aquela que exprimi na altura.

Basicamente, esta Carta Educativa faz aquilo que as Cartas Educativas fazem normalmente que é a caracterização de um Concelho, a caracterização da situação; depois, faz aquilo que são as projecções e as propostas das intervenções que é necessário vir a fazer no futuro.

Penso que, relativamente à primeira fase, a caracterização do Concelho, é um trabalho de qualidade, exaustivo, faz uma caracterização, de facto, do Parque Escolar, da Educação, de um modo geral, no Concelho de Soure; fá-la com rigor, bem feita, com muita estatística, muitos gráficos... daí alguns dados que não foram aqui apresentados e que são também preocupantes para que analisem; se tiveram o cuidado de ler a Carta Educativa que foi entregue irão ver dados que nos preocupam, a mim pessoalmente como Professor, mas preocuparão obviamente a Autarquia e estou-me a referir à taxa de analfabetismo do Concelho, que é muito elevada; à falta de qualificação académica da população do Concelho, nós temos uma baixíssima taxa de escolarização e a nível do Ensino Secundário temos, de facto, valores críticos.

Esta situação não é exclusiva do Concelho de Soure, como sabem, há dados estatísticos internacionais, de estruturas perfeitamente isentas como são a OCDE, que já colocam Portugal no último lugar da escala entre todos os Países da OCDE, ou seja, a nível da qualificação do Ensino Secundário, a qualificação dos Portugueses, da sua população activa, já estamos, por exemplo, atrás de países como a Turquia, o México... são, de facto, dados preocupantes. É evidente que a situação do Concelho de Soure não é diferente da situação nacional o que, por um lado, não nos deixa muito longe dos outros mas não nos satisfaz o facto de sermos iguais ao restante do País, não é motivo de consolo e obviamente que a este nível, não necessariamente a Autarquia mas também, acima de tudo as Escolas, o Agrupamento de Escolas, as Instituições que intervêm nos processos educativos do Concelho, terão que fazer alguma coisa a nível da qualificação académica, profissional dos habitantes do Concelho de Soure. Sem isso, de facto, podemos falar em desenvolvimento mas isso não tem nenhum suporte, nenhuma viabilidade se não conseguirmos fazer uma coisa que é fundamental para o desenvolvimento que é qualificar a população do Concelho de Soure; não podemos ter estas taxas de analfabetismo, não podemos ter este número ridículo de pessoas com qualificações a nível secundário... temos que inverter esta situação.

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

Parece-me haver uma concepção cuidada, objectiva e clara; é um documento que tem muita parte gráfica, o que facilita a leitura do mesmo porque o torna mais apelativo; cumpre todos os objectivos preconizados no artigo 12.º; caracteriza, pormenorizadamente, a realidade do Sistema Educativo do Concelho e tem dados que não são só importantes para a Educação, mas também para a Acção Social, Saúde e para comportamentos de risco.

Depois, apresenta-nos projecções demográficas, são o que são, valem o que valem, isto é um documento dinâmico e a qualquer altura pode ser alterado e é isso que está previsto, até porque também a Administração Central está sempre a mudar as leis... Apresenta uma síntese diagnóstica e propostas, e aí sim, um cronograma de intervenções que permite antecipar uma política de intervenção e aponta, objectivamente, para os recursos necessários, penso que isto facilita o trabalho da Autarquia. Utiliza conceitos e terminologias adequadas porque fala-nos em Centros Escolares... Um Centro Escolar pode ter vários patamares de ensino e, em princípio, deve dar respostas no âmbito social, de apoio à família e da alimentação e é em todas estas actividades que a Câmara vai trabalhar...

Também percebi que no Plano já estão previstas algumas respostas, nomeadamente algo que está aqui considerado como problema identificado, que era a Construção do Centro Escolar das Degraças/Pombalinho, quer também à Construção do Equipamento Desportivo Coberto que sirva a população escolar das Freguesias de Alfarelos, Figueiró do Campo e Granja do Ulmeiro, digamos que isto se articula tudo e só assim é que é possível fazer um trabalho válido e que realmente nos conduza a um bom resultado.

Finalmente, dizer ainda que relativamente ao Ordenamento da Rede Educativa, e se olharmos no artigo 16.º, está tudo implícito na Carta Educativa; há garantia de acesso a todas as crianças e alunos do Concelho; há superação de situações de isolamento; há garantia de complementaridade nas respostas de ofertas educativas; temos garantia de qualidade funcional e ambiental dos estabelecimentos de educação; há desenvolvimento de formas de organização, e aqui saliento já a Constituição de um Mega Agrupamento porque junta muitos níveis de ensino, o que se reflecte nos resultados do nosso Concelho; depois, a adequação da oferta de recursos de racionalização da sua distribuição.

Resta-me saudar o parecer saudável, porque vem fortalecer a apreciação deste trabalho; saudar a coordenação do trabalho pela Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno; saudar o Executivo por criar condições para que este trabalho fosse realizado e saudar o trabalho das técnicas envolvidas neste processo e, de facto, esperar que isto nos leve a um melhor sucesso educativo.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º João Ramos Pereira: “pessoalmente, comungo daquilo que foi dito pela Senhora Deputada Dra. Isabel Verão e que é, de facto, estarmos na presença de um documento de qualidade, um documento que retrata a situação do

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

alterações, mas informações complementares que evidenciam a forma como esta questão também foi discutida naquele âmbito.

Por último, também dizer que este documento é, naturalmente, um documento dinâmico que se vai ter que adaptar e adequar às constantes mutações sociológicas, portanto, haverá, já a partir de agora, uma vez que é um processo que está sempre inacabado, num processo de acompanhamento, avaliação e actualização, designadamente pelo Gabinete de Acção Social, através da Câmara Municipal e do Conselho Municipal de Educação, onde têm assento todos os intervenientes do processo educativo.”

Foi visualizada uma síntese da Carta Educativa, em PowerPoint.

Usou da palavra a Senhora Deputada Dra. Isabel Verão: “antes de falar propriamente sobre a Carta Educativa gostava de deixar em reflexão duas questões: confirma-se que, de facto, há descentralização da Administração porque há anos atrás seria impensável uma Autarquia ter competências para desenvolver este tipo de trabalho. De facto, confirma-se que há um modelo de autonomia democrática e que as competências que passaram para as Autarquias permitem e obrigam a que este trabalho seja feito no sentido de haver um ordenamento da Rede Escolar e um conhecimento perfeito do Sistema Educativo por forma a melhor servir os nossos alunos e as nossas famílias.

Estas competências passam também pela gestão do pessoal não docente, pelas medidas de acção social escolar, pelos transportes, pelas respostas a nível pedagógico, com as Actividades de Enriquecimento Curricular.

Quanto à elaboração da Carta Educativa, e tive a oportunidade de ver várias, tenho que louvar o trabalho e a decisão de entregar um trabalho deste nível aos técnicos, evidentemente, sob a coordenação da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno porque há gente especializada a fazer este trabalho e muito bem pago.

Por outro lado, sendo feito por técnicos desta casa, ele não é um CD entregue que nunca mais se vê, mas é um trabalho que permitiu interiorizar a realidade do nosso Concelho ao nível da Educação, do Sistema Educativo que temos, das prioridades, do que é preciso fazer e ele é sentido de uma forma diferente porque foi vivenciado e participado por quem fez o trabalho, daí os meus parabéns porque, de facto, acho que é uma boa iniciativa.

Também gostava de deixar aqui a minha satisfação pela entrega deste documento em suporte informático.

De uma forma geral, o documento cumpre o que está previsto no Decreto-Lei n.º 7/2003, no que se refere ao Capítulo 3.º, 4.º e 5.º, ele dá respostas ao que está na lei e é um documento bem estruturado; tem uma sequência lógica de acordo com o que está legalmente instituído e demonstra que houve domínio dos assuntos e das temáticas da Educação.

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

evidenciaram neste processo, nomeadamente a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, coadjuvada com o Director de Departamento de Obras e Urbanismo, Dr. Marcus Tralhão que, juridicamente, a acompanhou e estou convencido que, perante a sua insistência e a prevalência nas suas ideias, a concretizaram; julgo que já foram demolidas 11 casas, sem quaisquer interferências dos moradores; tiveram, certamente, o seu empenhamento e espero, dentro daquilo que é juridicamente o que a Câmara tem ao seu alcance, que as restantes tenham o mesmo destino, apesar de haver alguma relutância de certos moradores.”

Foi apreciada a Informação Escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara.

PONTO 2. EDUCAÇÃO – CARTA EDUCATIVA . PROPOSTA

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno: “a Carta Educativa é, ao nível municipal, um instrumento fundamental de planeamento e ordenamento da rede educativa. Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, a Elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal sendo aprovada pela Assembleia Municipal, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação.

Também é importante referir que a aprovação deste documento é fundamental para que o Município possa apresentar Candidaturas ao QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional, nomeadamente no que diz respeito à Construção, Reabilitação e/ou Ampliação de novos Centros Escolares.

Como é do conhecimento de todos, a Câmara Municipal optou por elaborar a Carta Educativa utilizando recursos humanos da Autarquia, designadamente o Gabinete de Acção Social, naturalmente sempre em articulação com o Ministério da Educação, através da Direcção Regional de Educação do Centro e também do GIASE - Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo.

Neste processo foram auscultados os principais intervenientes no processo educativo, designadamente as Escolas do Concelho e também a Associação de Pais e Encarregados de Educação. Desta última auscultação resultaram novos documentos que também foram entregues a todos os Senhores Deputados Municipais; já posteriormente à entrega da Carta Educativa em suporte informático, foram também entregues, digamos que não

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

período de carência e iremos amortizar quase 400.000,00 euros em 2007; no outro, a questão colocar-se-á daqui a dois anos, mas mesmo assim, é preciso ver que o esforço deste é porque ele foi contratado por 10 anos, com 3 de carência, porque, na altura, como não se antevia toda esta alteração ao regime legal de endividamento, entendemos que não se justificava a utilização do prazo máximo previsto. Confesso que foi um erro de gestão decorrente de querer adequar a durabilidade do empréstimo, dos capitais mutuados, à durabilidade dos investimentos feitos, porque poderíamos tê-lo contraído por 20 anos.

De facto, é uma situação que nos preocupa, já que o próximo ano continuará a ser ainda um ano de transição para o próximo Quadro Comunitário de Apoio, continuará a ser um ano de encerramento e de preparação do próximo, não deveria servir para se aproveitar algum menor aperto... De facto, concordo inteiramente que não podemos adormecer à sombra de um ano, porventura, mais controlado porque isso poderá significar partirmos em desvantagem para o próximo Quadro Comunitário de Apoio. Portanto, considero de grande oportunidade a observação que nos fez, a preocupação que expendeu.”

Usou da palavra o Senhor Deputado José Rodrigues Nunes: “na Acção Social, congratulo-me com tudo o que está na Informação Escrita e, aliás, também é apanágio do Senhor Presidente ter a preocupação sobre esta questão.

Queria também dizer que, normalmente, sempre que sou convidado ou tenho conhecimento de qualquer inauguração ou eventos relacionados com a Câmara Municipal, farei sempre um esforço para estar presente e para me pronunciar sobre os mesmos, nomeadamente a Casa Mortuária da Capelania de Queitide, Freguesia da Vinha da Rainha; é uma obra que prima pela sua eficiência, pela sua construção e ainda bem que foi resolvido o problema porque aquela zona da Freguesia estava bastante carenciada daquele equipamento. Por outro lado, também queria dizer que estive na Inauguração da Sede da Junta de Freguesia de Figueiró do Campo, uma obra bem conseguida, julgo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia se sentirá bastante elogiado por isso, tem os seus aposentos condignos e de acolhimento ao público.

Também queria dizer que os arranjos frontais a essa Sede da Junta de Freguesia embora, na altura, inacabados, prometem estar à altura e muito bonitos.

Na Acção Social foi cedida uma parcela de terreno a título gratuito, à Associação Recreativa, Desportiva e de Solidariedade da Freguesia de Vinha da Rainha. Certamente que os Dirigentes responsáveis por essa IPSS vão utilizar condignamente e para bem servir a população da sua Freguesia essa doação.

Por último, já muito foi dito, sobretudo o Senhor Deputado Dr. Vítor Trindade bem como o Senhor Deputado José Manuel Bernardes, acerca do Executivo da Câmara e a preocupação que teve em resolver ou tentar resolver o problema da Habitação Social, à entrada de Soure. Congratulo-me por isso, de facto, todos os responsáveis se

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

absoluta que aqueles e aquelas mais directamente responsáveis pela questão do site, irão tudo fazer para procurar recuperar, em termos temporais. Subscrevo, na íntegra, a preocupação que tem vindo a ser mencionada até porque ela tem sido abusivamente utilizada para propalar a ideia de que, porventura, o Senhor Presidente é avesso às novas tecnologias, é um conservador dos velhos tempos, é um indivíduo perfeitamente desactualizado com o evoluir dos tempos, estará cansado e ultrapassado e não é essa a opinião que tenho de mim próprio.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º José de Almeida Lopes: “já muito foi dito sobre esta Informação do Senhor Presidente da Câmara, de facto, partilho muitas das opiniões que aqui foram apresentadas, congratulo-me com algumas das medidas que foram tomadas mas queria, em particular, tirar algumas ressalvas relativamente à dívida pública. Desde a última Sessão que tivemos, analisámos e eu disse que ia acompanhar/analisar, de perto, esta dívida com algum rigor e congratulo-me que tenhamos enveredado por um caminho em que hoje estamos na redução da dívida total, também pelo facto de transferirmos, e graças aos empréstimos que a Câmara contraiu, para a Banca, a Médio/Longo Prazo, alguma parte da dívida que vai no sentido do que achamos que seja correcto e legal porque alguns destes outros credores serão credores locais, que terão alguma dificuldade económica e que neste sentido estarão, de alguma forma, a ser poupados a esta dívida mas queria referenciar, de facto, que o Senhor Presidente explicou que trimestralmente tem que dar a informação sobre o nível de endividamento mas como se devem lembrar, na última renegociação da dívida, o Senhor Presidente explicou que estamos num período de carência de amortização da mesma.

É claro que esse período de carência influencia, e muito, o nível de endividamento que a Câmara tem neste momento, preocupa-me é quando acabar esse período de carência, de facto, vamos ultrapassar os níveis de endividamento e aí, quando estamos a entrar num Quadro Comunitário que, para nós pode ter alguma expressão em termos de Apoios Comunitários, se não acautelarmos desde já esta dívida e nos prepararmos antecipadamente para podermos recorrer a esses apoios que poderão vir, acho que estamos a começar muito mal um período que pode ser um grande desenvolvimento para o Concelho e que nós, neste momento, não estamos a acautelar.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “essa é uma preocupação que, evidentemente, deve ser de todos nós, que está bem estruturada, mas permitir-me-ia adiantar-lhe o seguinte: neste momento, em bom rigor, temos a dívida bancária exclusivamente aplicada em investimento... Os pequenos empréstimos da antiga Linha BEI estão em vias de “desaparecimento”, têm vindo a ser pagos, e aproximam-se do pagamento total. Quanto aos outros dois empréstimos bancários, num terminou o

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

serviços façam chegar o suporte digital que existe do mesmo a cada um dos Senhores Deputados Municipais.

Quanto aos comentários que a Senhora Deputada fez, apenas congratular-me com os mesmos.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º João Ramos Pereira: “tenho apenas duas questões para abordar. A primeira é relativamente ao facto de, no nosso entendimento, continuar a fazer falta, e cada dia que passa faz mais falta, uma presença do Município na Internet. Penso que hoje já toda a gente tem, portanto, se conseguimos ser percursos em algumas áreas, pelo menos não devíamos ser os últimos nesta. É hoje uma ferramenta que permite a muitos Municípios aceder com facilidade, o objectivo também é facilitar a sua vida, e penso que isto era qualquer coisa que deveríamos implementar. Ao que sei, já foram dados alguns passos, portanto, se calhar, em vez de se estar à procura de ter um trabalho acabado, acho que se podia produzir/publicitar o que existe...”

A segunda questão, dentro deste conjunto de informações que nos foi dado vem o registo dos Processos em Curso no Tribunal, essa informação é datada do dia 27 de Dezembro de 2006 e a pergunta que queria fazer é a seguinte: o Senhor Presidente da Câmara está em condições de nos garantir que essa informação é rigorosa e corresponde à realidade do dia 27 de Dezembro de 2006?”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “começando pela última questão do Senhor Deputado, dizer-lhe que se estou em condições de garantir... tenho a mesma informação que o Senhor Deputado, o que vou pedir é aos Senhores Directores de Departamento que nos confirmem por escrito se as listagens que nos distribuíram a 27 de Dezembro são rigorosas.

Relativamente à questão da presença do Município na Internet... no início, não fomos, nesta matéria, ao contrário de noutras, pioneiros porque tentámos não gastar um euro neste investimento e conseguimos-lo através de uma Candidatura ao Programa LEADER que foi apresentada e coordenada por Terras de Sicó, para os Municípios que integram essa Associação de Desenvolvimento. Diria até que o site está estruturado, está praticamente terminado e quase que há 3/4 meses que aguarda apenas a revisão final, portanto, ele está lá, está com entrada condicionada aos que têm a chave e que farão as últimas correcções... a verdade é que houve também um desvio técnico porque, como se devem ter apercebido, tivemos todos a percepção de que poderia não ter o mesmo significado em termos de oportunidade temporal, ter a Carta Educativa aprovada antes do final do ano e a mesma coisa para o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios!!!... esses factos poderão vir a ser, porventura, elementos de hierarquização preferencial na avaliação de Candidaturas, quer em termos da área da Educação, quer em termos da área da Protecção Civil. Portanto, houve como que um desvio e tenho a certeza

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

Física e Motora e do Inglês. Está, de facto, de parabéns quem coordena, quem trabalha nestas equipas.

Faz hoje um ano que foi aqui referida a necessidade da existência da Carta Educativa e ela ficou inscrita no Plano Plurianual de Investimentos; hoje, temos oportunidade de vir a apreciar este documento e, na altura própria, irei tecer as considerações que considerar necessárias ou adequadas.

Quanto à Cultura, continuamos a ter actividades permanentes.

Gostava de saudar os Órgãos Associativos pelas actividades que foram desenvolvendo ao longo deste ano e que se traduziram, certamente, numa mais valia social para as localidades onde elas se desenvolvem.

Quanto ao Ciclo de Teatro, já foi falado mas também gostava de deixar uma saudação aos Grupos que se envolveram e que participaram nestas actividades que traduzem, certamente, uma melhoria nas relações inter-grupos, ao nível social.

Ao Gabinete de Acção Social uma palavra muito especial porque continua a desenvolver as suas funções de uma forma crescente e o seu trabalho, de facto, está a ter notoriedade.

Gostava de chamar à atenção para as Acções de Formação que foram feitas para as Auxiliares de Acção Educativa, numa perspectiva muito importante; segundo o meu ponto de vista, temos as Actividades “Gostar de Estar... e de Fazer”, “Gostar de Estar...de Fazer e ainda de Representar!”. É importante não só dar acções, é importante preparar quem trabalha nesse domínio para que as mesmas tenham um resultado profícuo.

Na Rede Social verifiquei que há Emissão de Pareceres relativamente ao Programa Escolhas e actualização de Diagnóstico da Candidatura PROHABITA. Com as candidaturas aprovadas, verifica-se o bom funcionamento a nível de Rede Social, funcionou, criando critérios de avaliação e condições ao nível do funcionamento deste Conselho Local para que as mesmas pudessem “seguir caminho” e hoje se possa verificar a sua concretização. Gostava de referir a satisfação, ao nível da Freguesia da Granja do Ulmeiro, com a ampliação do Cemitério que está, de facto, uma obra com qualidade.

Sobre as cheias já muito foi dito... vou só dizer que foram accionados todos os meios considerados necessários na resolução da situação.

Quanto ao Plano Municipal da Floresta Contra Incêndios, já vi o documento em parte mas gostaria que ele fosse dado a conhecer publicamente porque é um instrumento de gestão na área da floresta que vai permitir maximizar meios físicos disponíveis e minimizar os riscos de incêndio. À equipa que o elaborou, os parabéns pelo trabalho efectuado e até porque este Município se deve contar num dos poucos que conseguiram dar cumprimento à imposição que o Estado fez nessa matéria.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “quanto à questão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, eu próprio determinarei, de imediato, que os

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

questões hipotéticas de credores que recebiam e outros não... diga quais são os abusos que conhece para podermos, se for caso disso, actuar sobre eles... não é legítimo que venhamos aqui com intervenções permanentemente assentes em nebulosidade não comprovada, largando insinuações que depois não concretizam. Fica o desafio, diga quais são os abusos dos funcionários da Câmara Municipal que gostaria de ver corrigidos.

Intempéries, prevenção... nós tomamos as precauções de sempre, mas por muito que haja prevenção e cuidado, podem existir, se é que disso se tratou, hoje, ontem, como amanhã, falhas humanas e eu não estou a dizer que disso se tratou. Como sabemos, existem sempre acidentes por melhores que sejam as medidas preventivas adoptadas; os nossos serviços funcionaram de forma eficaz e quanto à possibilidade de ter havido ou de poder ter havido uma situação trágica, que felizmente não aconteceu, as razões e a ambiência em que isso ocorreu... foi imediatamente aberto o correspondente inquérito, foi dado conhecimento da abertura do mesmo e foi enviado, com todas as peças processuais, ao Ministério Público!!!...

Depois a questão de haver uma catástrofe na Linha do Norte... antes deste Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, há muito que aprovámos o Plano Municipal de Emergência, que está em vigor e que contém uma inventariação de meios humanos e físicos de intervenção e até a forma que se considera mais eficaz, o modelo de intervenção a adoptar em situações difíceis, e uma delas tem exactamente a ver com uma eventual catástrofe na Linha do Norte... é só solicitar uma cópia do mesmo.”

Usou da palavra a Senhora Deputada Dra. Isabel Verão: “relativamente ao que nos tem sido dado a conhecer durante este ano que está a findar, gostava de mostrar a nossa satisfação pelo trabalho que tem sido desenvolvido pelo exercício da actividade municipal que procurou soluções tendo em conta as sensibilidades, os pareceres técnicos das equipas que rodeiam esta casa e que têm mostrado, cada vez mais, o seu valor e nós conhecemos, de facto, esse trabalho.

Congratulo-me, como sempre tenho feito, com a sensibilidade que este Executivo sempre demonstrou pelas áreas da Educação, da Cultura e da Acção Social, até porque todos sabemos que há uma articulação nestas áreas, só assim podemos contribuir de forma equilibrada para a formação dos nossos jovens, das nossas famílias, criando algumas condições e promovendo o sucesso educativo. É verdade que o Concelho o está a fazer. Há também um bom trabalho no Serviço de Apoio à Família.

Relativamente ao Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular, gostava de demonstrar a satisfação desta Bancada porque, de facto, foi o Município que, adequadamente conseguiu implementar, de forma clara, objectiva e sem problemas, um conjunto de actividades de complemento curricular no âmbito da Música, da Actividade

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

acesso, nomeadamente dos Bombeiros, as ambulâncias. Será que há algum estudo nesse sector para que possa... “gato escaldado de água fria tem medo”, nós já passámos por situações em que temos que fazer alguma prevenção. Gostaria de saber se já foi feita alguma coisa nesse aspecto, alguma acção?”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “relativamente à primeira questão que abordou, dizendo que lamenta o pouco tempo dado para analisar documentos tão importantes, quero-lhe dizer que eu lamento é a descomunicação que, ao que parece, existe entre os Eleitos do PSD... Relembrar que esta proposta foi participada, todos os Presidentes de Junta enviaram sugestões, os Técnicos apresentaram sugestões... na semana passada, já a proposta que está hoje em discussão, sem praticamente nenhuma alteração, a não ser uma pequena correcção de classificação contabilística entre despesas correntes e de capital, foi distribuída, concretamente, dois exemplares a cada Bancada!!!... se não promoveram as reuniões necessárias e adequadas para poderem debater, contribuir, essa é uma questão que nos “ultrapassa”.

Os Vereadores Eleitos pelo PSD não só não o fizeram, como, na discussão de ontem, pura e simplesmente, não usaram da palavra, limitaram-se a votar contra e a fazer uma Declaração de Voto, o que é uma forma legítima de se estar em democracia, mas é, de facto, o sublimar da cobardia em termos de democracia. De maneira que, não lhe reconheço a menor autoridade democrática para estar a fazer esse tipo de acusações quando integra um grupo de eleitos que se não funciona... porventura, terão que tratar de rever a vossa organização interna.

Julgava que esse era um assunto para discutir no Ponto do Plano de Actividades e Orçamento... julgava que estávamos a debater a Informação Escrita sobre a Actividade Municipal no período que decorreu entre a última Assembleia e a de hoje, enfim, parece que houve, da sua parte, uma menor correcção para com a Ordem de Trabalhos mas não tenho nada contra isso.

Referiu que essa não é prática de outros Concelhos que conhece... quero-lhe apenas adiantar que aquilo que me chega através de Autarcas de outros Concelhos é que gostariam de ter o acesso atempado e transparente aos elementos que caracterizam a Actividade Municipal como existem na Câmara Municipal de Soure, onde tudo, mas tudo, está permanentemente à disposição de todos. Se as pessoas, no exercício das suas funções, não compulsam os processos, não solicitam tudo aquilo que entendem necessário para poderem produzir opiniões, é um problema dessas pessoas.

Depois, dizer-lhe que existe relógio de ponto e os diferentes Directores de Departamento estão a utilizar o mesmo da forma que, legalmente, é determinada... acho que fica bem que digamos todos, temos que trabalhar, aqui e noutros lados; que fica bem dizer que é preciso acabar com os abusos, mas quero-lhe fazer um desafio, já lho fiz quando invocou

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

Opções do Plano e do Orçamento, se é que todos receberam como eu recebi, este documento, na Quinta-feira à noite, na Sexta-feira tive que ir trabalhar e hoje tenho que o votar. Em consciência, eu, e pelo menos os elementos desta Bancada, não se sentem minimamente conscientes a que tipo de votação deveremos proceder. Penso que não foi correcto, não foi democrático porque deveria ter-se dado, nomeadamente à oposição, a oportunidade de estudar, apresentar e discutir assuntos tão importantes quanto estes. Lamento, não é prática de outros Concelhos que eu conheço, que com mais de oito dias úteis receberam estes documentos para os poderem discutir, assim como esta, outras porque isto não é um documento de uma folha A4 e, portanto, estão aqui muitos números, muitas situações que não acredito que a maioria dos membros desta Assembleia estejam conscientes daquilo que vão votar.

Pegando na palavra do Senhor Presidente, nomeadamente na Informação Escrita sobre a Actividade Municipal, em que começou por falar sobre Pessoal, despesas... gostaria de saber para quando esta Câmara vai cumprir aquilo que, em termos de lei, é exigido. Qualquer órgão empregador que tenha mais de cem funcionários deverá ter um relógio de ponto; não estou a dizer isto contra nenhum funcionário desta casa, penso que é para se cumprir aquilo que, efectivamente em termos de lei, se exige até para que se dê uma nota positiva de que há controlo no Pessoal; temos que trabalhar; temos que produzir; cada um de nós tem que justificar aquilo que ganha. É este o Princípio de Justiça e Honestidade, portanto, acabar até com determinados abusos, não digo só aqui nesta Câmara, não digo só neste serviço público, todos os serviços públicos devem ser o espelho daquilo que nós queremos que o País, efectivamente, seja. Deveremos dar os bons exemplos e esses são dados pelo cumprimento das leis.

Falou-se também na questão das intempéries, das cheias... é triste ter que ver nos meios de comunicação social, nomeadamente através da televisão, que o nosso Concelho é chamado à primeira página por situações gravíssimas, de risco eminente e, ainda por cima, de crianças, com responsabilidade de alguém. Nas últimas cheias foram cortadas, atempadamente com sinalização, determinadas estradas que, normalmente, estão envolvidas em situações destas. Porque é que não aconteceu isso nas outras? Não haverá pessoal afecto à Protecção que, atempadamente, deveria estar em constante actividade no aspecto da prevenção? Responsabilidade? Alguém tem que ser responsável nestas situações. Está bem que não se esperava um caudal de água tão grande, em tão pouco tempo... temos outras zonas inundáveis no nosso País que tomam as suas devidas precauções; nós sabemos, de antemão, que a Sede do Concelho é muito propícia a isso, basta umas pequenas cheias nos dias de maior intensidade de chuva para que fique inundável.

Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se há algum plano, se amanhã acontecer qualquer situação de catástrofe, por exemplo na Linha do Norte, quais são os meios de

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

aproveitamento indevido para estacionamento de camiões que acabam por “ferir” até aquilo que foram os passos que já demos, em termos de dignificação de toda a área envolvente.”

Usou da palavra o Senhor Deputado José Bernardes: “reforçar o agradecimento feito à Câmara Municipal, ao seu serviço de Protecção Civil no apoio que deu às populações durante as cheias. Temos um Corpo Activo de Bombeiros muito bom, devemos estar orgulhosos; têm meios humanos e materiais necessários mas houve um bom complemento da Protecção Civil Municipal.

Na Habitação Social, faço das palavras do Senhor Deputado Dr. Vítor Trindade também minhas, subscrevo-as, e quero dizer que à Junta de Freguesia de Soure não chegou qualquer tipo de queixa ou sugestão dos habitantes desse bairro, há uma paz social total. Portanto, dou os parabéns à Câmara Municipal pela forma como tem desenvolvido este trabalho. É certo que este trabalho já vem de mandatos anteriores, está a ser concluído agora, portanto, tudo tem o seu tempo e espero que assim se continue até ao fim da trigésima casa ir abaixo.

Na Quarta-feira realizou-se o Conselho Municipal de Educação onde foram traçados largos elogios à Carta Educativa. Quero dar os parabéns à Câmara Municipal por se ter empenhado na sua elaboração, com isso, tendo menos custos, apresentando um trabalho de grande qualidade que vai servir não só para a Educação mas também como base de trabalho para outras áreas, tais como a Saúde, Transportes Escolares...”

Usou da palavra o Senhor Deputado José António Mendes: “como sabem, o XV Encontro de Bandas do Concelho realizou-se na Freguesia da Gesteira; foi um encontro marcante onde se cultivaram vários pontos de vista, opiniões e foi, essencialmente, um encontro de músicos do nosso Concelho. É bom que, de facto, o nosso Executivo, e certamente que o fará, dê continuidade a este evento.

Realizou-se também o IV Ciclo de Teatro do Concelho, mais uma iniciativa de louvar e, felizmente, a minha Freguesia tem dois Grupos de Teatro, onde estiveram também representados.

Referir ainda um outro evento que se realizou no Cercal e que não foi aqui falado, o Cercal Rock. É um evento realizado pelo Grupo Musical “Balbúrdia”, iniciativa que já vem sendo realizada há alguns anos.

Termino congratulando-me com toda a actividade que o Executivo tem realizado para bem dos nossos Municípios.”

Usou da palavra o Senhor Deputado António Simões de Almeida: “gostaria de saber de todos vós, em consciência, quem está habilitado a votar, nomeadamente, as Grandes

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

Freguesia, com estacionamento de carros pesados e não me parece que dignifique aquele espaço.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “relativamente à não inclusão na Informação Escrita de qualquer referência à inauguração dessas obras, observe-se que não se tratou de desvalorizar o acto... Acontece que nas últimas Informações Escritas referimos o início do investimento, o investimento em curso e a sua conclusão... assim, como na última Informação Escrita já havíamos referido a “conclusão da obra”, não mencionámos nesta a inauguração; aliás, quando é sempre só inauguração, metodologicamente, nem sempre o temos feito porque estaríamos como que a repetir uma informação dada, mas, é verdade que não tem havido coerência a esse nível e admito que possa ter havido outros investimentos que tiveram uma referência à inauguração, tendo já tido uma referência, na informação anterior, ao final de obra.

Quanto àquilo que referiu... trata-se de um investimento que teve já duas fases. Desde o início se percebeu que havia uma primeira prioridade que era aquela barreira levar um muro de betão, o que se veio a resolver com um investimento de cerca de 50.000,00 euros; esse investimento foi feito e depois havia uma segunda fase que se prendia com isto: o edifício tinha uma solução arquitectónica sem telha, os materiais, à época usados, não eram os melhores em termos de impermeabilização e a verdade é que, de forma regular, havia sempre infiltrações na Junta de Freguesia e na Extensão de Saúde; entendeu-se desenvolver um pequeno projecto no sentido de ampliar ligeiramente a altura do edifício e dar-lhe uma solução que, em definitivo, acabasse com este tipo de problemas e, paralela e cumulativamente, fez-se também a melhoria de uma parte dos arranjos exteriores. Pensamos que não houve subtracção de zona verde por alcatrão, por uma razão: porque naquele triângulo que estava a verde, optou-se, por uma questão de maior facilidade de manutenção, pela conjugação de planta rasteira com alguma pedra, aliás, uma solução muito em voga nas rotundas, em pequenos triângulos, por uma questão de maior facilidade de manutenção; quanto à parte que “levou” o estacionamento e o acesso, essa era já um acesso que estava em tout-venant, não era propriamente zona verde. A outra questão que levantou, de facto faz todo o sentido, pois já no início se previa um outro muro de betão para a outra estrada; só após esse investimento é que estarão reunidas condições para definirmos qual a utilização, urbanística e socialmente mais correcta, para todo o espaço que se ganhará... o problema é que se somarmos os investimentos já feitos na primeira e na segunda fases e o investimento que requererá uma terceira fase, só em termos de muro de betão, teríamos feito uma concentração que não se revelou possível, pelo menos em termos daquilo que foi a nossa priorização política... evidentemente que se tivéssemos recursos infinitos... compreendo perfeitamente que enquanto esse muro não estiver feito, que haja ainda uma utilização transitória de estaleiro e até o

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

empresa fez um levantamento pormenorizado, exaustivo que pôs a claro um conjunto de falta de cuidados, um conjunto de procedimentos inexistentes e que deviam ser práticas ambientais saudáveis e nós, com base em toda essa sustentação técnica, oficiámos ao Senhor Presidente do Instituto do Ambiente dando-lhe nota que nada temos, pelo contrário, contra a Ampliação, somos a favor do estímulo à continuidade e à criação de emprego e não devemos potenciar o encerramento de actividades, mas, nunca numa ambiência de ilegalidade, numa prática de crimes ambientais, de desrespeito social, de não respeito por aquilo que é a ambiência legal aplicável!!!!... portanto, adiantámos ao Senhor Presidente do Instituto do Ambiente que não se deveriam pronunciar sobre esse pedido de Ampliação sem tomarem em linha de conta todo o conjunto de sugestões, todo o Parecer que lhe enviámos e com isto, a Câmara Municipal também adoptou uma política activa e não esteve, passivamente, a deixar que as coisas corressem por si próprias. Estamos certos que condicionámos positiva e responsavelmente a avaliação que o Instituto do Ambiente certamente não deixará de fazer sobre este projecto de Ampliação. Sobre as demais considerações, evidentemente que não posso deixar de concordar consigo nos comentários muito positivos que fez sobre diversas iniciativas culturais e aproveitar para saudar, em particular, a Dra. Ana Maria Treno que está a coordenar esse processo; da mesma forma, também não posso deixar de sublinhar e concordar com os comentários positivos sobre todo o processo que está a ser desenvolvido em termos de Urbanismo e Acção Social no Bairro Pré-Fabricado, um processo que está a ser coordenado, também muito positivamente, pela Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Francisco Malhão: “quanto à Informação Escrita constatei que alguns investimentos foram feitos mas não estavam lá, um deles foi a Inauguração das Obras da Junta e do Posto Médico de Figueiró do Campo e do Espaço Envolvente.

Congratulo-me com o facto de terem terminado as obras, foi realmente uma obra que está, embora não esteja aquilo que nós, CDU, pensávamos, de qualquer das formas, muito melhor. No entanto, queria colocar umas ressalvas relativamente a este espaço. Estas obras estavam previstas para serem elaboradas no mandato 1997/2001, não estou certo de qual a razão de não terem sido feitas nessa altura.

Julgo que devemos preservar as zonas verdes e, neste momento, essa zona que foi substituída por pedras e alcatrão... está bonita mas julgo que devemos dar preferência às zonas verdes.

Outra coisa que esperava que fosse feita, e que naquela inauguração pudéssemos ter visto, era o arranjo da parte inferior do espaço, parece que foi feito daquela forma, não está mal, agora, parece-me que aquela zona deveria ter um Parque Infantil, o próprio muro do lado de baixo continua por fazer... Hoje, aquela zona continua a ser um estaleiro da Junta de

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

vamos trazer todos os elementos, vamos ver quem foram os culpados”, acima de tudo, parece-me que este será um sinal político que o Executivo estará a dar de que algo mais é preciso fazer.

A Consulta Pública no Âmbito do Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do Projecto “Ampliação da Pedreira n.º 2986 - Serra do Carvalhal” que, de alguma forma, tem a ver com a questão das Pedreiras de Tapeus... parece-me que foi importante, no âmbito da Consulta Pública efectuada, o Município também ter entendido pronunciar-se acerca desta questão; este também tem sido um assunto que, não raras vezes, tem sido levantado na Assembleia Municipal Também gostaria que desenvolvesse um pouco mais esta questão.

Terminava apenas por me congratular também e, de alguma forma, para registar a entrada em funcionamento do Sistema de Gestão de Atendimento, parece-me que é uma medida eficaz e que vai permitir a qualidade do atendimento a todos os Municípes na Câmara Municipal.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “o Executivo congratula-se com as diversas saudações que fez ao nosso desempenho, num conjunto diverso de domínios, mas, ao mesmo tempo que o fez, falou também de algumas questões em que, de alguma forma, solicitou um esclarecimento complementar e adicional. No que diz respeito à questão da Defesa do Meio Ambiente e a actuações hostis e irregulares para com o Rio Arunca, por parte de algumas empresas industriais de Concelhos vizinhos... de facto, a Câmara Municipal sentiu que não se deveria limitar a denunciar os factos ocorridos, esperar que as polícias promovessem a adequada e necessária investigação... a Câmara entendeu dar o sinal político possível no plano jurídico e aprovou constituir-se como Assistente, o que significa, em termos práticos, dizer ao Meritíssimo Juiz, dar-lhe conta da nossa disponibilidade para colaborar de forma activa na busca de provas tendo em vista a identificação dos que praticaram crime ambiental e com isso dizer que não deve haver arquivamentos de processos gravíssimos, deve haver não apenas a aplicação das levíssimas penas legalmente previstas mas, acima de tudo, a contestação pública mediatizada, a denúncia de práticas que são crimes inqualificáveis no Século XXI, como são os crimes ambientais desta natureza.

Questão do Procedimento de Consulta de Avaliação de Impacto Ambiental de uma das Pedreiras que está instalada no nosso Concelho... poderíamos apenas ter divulgado que estava a decorrer esse Período de Avaliação Pública de Impacte Ambiental, entendemos, porém, que devíamos, de forma responsável, tecnicamente consistente/conhecedora, pronunciarmo-nos e influenciarmos de forma decisiva a evolução desse processo... porque não dispomos das condições técnicas necessárias e suficientes para o fazermos nós próprios, adjudicámos a uma empresa especializada neste domínio da Geologia, um Parecer sobre o Estudo cuja Avaliação de Impacto Ambiental estava a decorrer. Essa

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

vários agregados que ali compõem e, portanto, este terá sido o “*timing*” que o Executivo entendeu por bem iniciar este processo.

Acima de tudo, congratulamo-nos pela implementação da solução que está em curso, permitindo-nos assim encontrar soluções que visam melhorar as condições daqueles que mais precisam hoje e, simultaneamente, terminar com situações que possam parecer injustas face à caracterização social que é feita actualmente. Obviamente que isto não deve ser encarado numa perspectiva negativa, antes pelo contrário, ou seja, quando as famílias, há cerca de 20/30 anos, foram ali colocadas porque a situação social à época assim o exigia, é porque as pessoas, de facto, precisavam e hoje, se não precisam, temos que nos congratular que também aqui o Município desempenhou um papel fundamental na medida em que permitiu que todos os agregados familiares, face à caracterização actual, não tenham condições ou não reúnam os requisitos para ali permanecerem mas temos que nos congratular porque também aqui permitiu, com a ajuda do Município, que pudessem estruturar-se profissionalmente, socialmente, economicamente e obterem meios que lhes permita, hoje em dia, necessitarem menos deste apoio social da Câmara mas é mais do que isto, sendo um processo melindroso, temos que nos congratular com o clima de paz social com que este processo está a avançar, obviamente que não nos espantará que de hoje para amanhã houver quem queira fazer aproveitamento político desta situação e que, de alguma forma, em vez de contribuir para essa paz social vai é “meter mais umas achas para a fogueira” e vermos aí uns holofotes das televisões ou as panflonas dos jornais. Naturalmente que o Executivo está de parabéns, de facto, com o clima e a paz social que se vive no âmbito deste processo.

No âmbito da Protecção Civil, todos nós sabemos que muito recentemente o Concelho de Soure, aliás, todo o País foi assolado por períodos de intempéries de chuvas extremamente grandes e não podemos deixar de enaltecer, não só o trabalho exemplar, dedicado, excelente que foi desenvolvido pelo Corpo Activo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Soure, mas também por parte dos Serviços Municipais porque, seja de dia, seja de noite, a qualquer hora, mostraram dedicação e empenho e parece-me que este trabalho de coordenação foi extremamente importante para minorar o infortúnio daqueles que foram atingidos por esta situação e até porque falo por causa própria.

Referir ainda mais duas situações, uma delas prende-se com a Defesa do Meio Ambiente e gostaria que o Senhor Presidente, de alguma forma, tentasse desenvolver um pouco esta situação que se refere com a Constituição como Assistente no âmbito da poluição do Rio Arunca. Se bem percebi e entendi dos elementos que recolhi acerca desta situação, todos nós temos conhecimento que, não raras vezes, os nossos rios são assolados por autênticos crimes ambientais, de alguma forma, actos que nos chocam a todos nós enquanto homens, pessoas e parece-me que o Município ao constituir-se como Assistente, ao ter-se aliado ao processo crime, ao ter dito ao Tribunal “*nós estamos aqui para ajudar na investigação,*

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

determinados Credores mas naturalmente que nos congratulamos com esta alteração da estrutura da Dívida e estamos certos que continuaremos todos a trabalhar para que esta situação vá de encontro àquilo que o Executivo tem definido para esta matéria.

Relativamente às várias actividades que vêm descritas na Informação Escrita, gostaria, até porque tendo vivido de perto o evento, realçaria o XV Encontro Concelhio das Bandas do Concelho; é um Encontro onde nos permite, a todos, encontrarmos os nossos amigos, colegas, músicos, as pessoas que gostam de Música, que gostam de ver espectáculos musicais mas, acima de tudo, é uma troca de experiências positiva. Não poderíamos deixar de nos congratular com a recente aprovação da grelha de apoios no âmbito da Cultura, Desporto e Tempos Livres para o ano de 2007 que, não obstante a conjuntura macroeconómica difícil que se vive, não deixa de salientar o esforço que o Executivo tem feito na aposta firme de uma política de apoios, importante, não só para a Cultura concelhia mas também para as várias Associações que, de alguma forma, vão trabalhando ao longo do ano e que sem esta política de apoio, firme e permanente, se tornaria muito mais difícil a sobrevivência.

Ainda no âmbito da Cultura, referir o IV Ciclo de Teatro do Concelho de Soure, iniciativa que não deixa de ser positiva e que nos permite assistir a espectáculos com elevada qualidade que, naturalmente, nos congratulamos pelo sucesso que a mesma já vai tendo no panorama cultural do Concelho.

No âmbito da Acção Social gostaria de referir as alienações a título gratuito à Associação Cultural, Desportiva e de Solidariedade Social da Freguesia da Vinha da Rainha e da APPACDM de Soure, não pelas doações em si mas porque, em meu entendimento, esta é mais uma marca da política descentralizadora que o Executivo Municipal tem vindo a adoptar de há anos a esta parte. Como todos nós sabemos, as doações não se fazem porque são doações; o Executivo, o Município só o poderá fazer quando, decorrente da doação, está o exercício de funções que, nos termos da lei, compete ao Executivo Municipal, neste caso, ao Município e, naturalmente, não temos dúvidas nenhuma que, quer a Associação da Vinha da Rainha, quer a APPACDM, nos quadros em que se inserem, de particular dificuldade social e humana das pessoas envolvidas, estou certo que, neste âmbito, não deixarão de cumprir aquilo que por lei competiria ao Município fazer.

No âmbito da Habitação, Urbanismo e Urbanização, se a memória não me atraiçoa penso que este é o terceiro mandato em que estou a exercer funções, e havia sempre determinada situação que levantava alguma preocupação, independentemente dos vários critérios com que abordávamos esta situação e que se prendia com o Bairro Pré-Fabricado à entrada da Vila de Soure. Naturalmente que “a pressa é inimiga da perfeição” e o Executivo entendeu, da nossa perspectiva bem, antes de iniciar qualquer processo, até pela dificuldade que se poderia levantar, estruturou o programa da forma e de acordo com os critérios então definidos, com os levantamentos sociais e com as caracterizações dos

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

patronais decorrentes da alteração da lei, o aumento de despesas com pessoal decorrente de novas regras aplicáveis, por exemplo, aos transportes escolares com mais uma pessoa em cada autocarro, os aumentos que têm que ver com a progressão normal em termos de carreira... A Câmara Municipal de Soure, trimestre a trimestre, tem estado abaixo daquilo que é o valor das despesas com pessoal do ano anterior mais os aumentos justificados. No início deste ano, com estas novas regras, de forma cega, passaram a ser tratados por igual Municípios que no final do ano passado tinham as suas Despesas com Pessoal, em patamares diferentes relativamente aos limites legais em vigor. Recordo que os limites legais eram de 60% das receitas correntes do ano anterior... nós, por exemplo, estávamos a 33/34%, e passámos a ter o mesmíssimo tratamento que uma Câmara que tivesse as suas Despesas com Pessoal, por exemplo, a 50/60% dos limites legais, isto é, uma Câmara que tivesse admitido todos aqueles que achava precisar, porque já os admitiu, agora limita-se a manter o que tinha com os aumentos justificados; uma Câmara que, porventura, estivesse a metade, agora “por tabela”, apanha a mesma regra e está impedida de o poder fazer. No domínio da Protecção Civil já reuniu a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e já aprovou o Plano Municipal de Defesa da Floresta, já o enviou à Direcção-Geral dos Recursos Florestais. É uma matéria que em termos de ambiência legal aplicável cabe apenas à Comissão Municipal aprovar a Proposta, enviá-la e a aprovação final à Direcção-Geral de Recursos Florestais. Ontem mesmo, essa matéria foi apresentada, também em suporte informático, para conhecimento, na reunião de Câmara Municipal. Acima de tudo, sobre esse Plano Municipal, dizer-vos que foi considerado modelar pelo próprio representante da Direcção-Geral de Recursos Florestais, o que corresponde, na prática, a uma pré-aprovação da entidade que aprecia este tipo de propostas e, acima de tudo, evidencia duas coisas: por um lado, tudo aquilo que são os meios humanos e físicos disponíveis para a prevenção, combate e defesa da Floresta e, por outro lado, aponta claramente os caminhos a trilhar, de acordo com a nova ambiência legal aplicável, no que diz respeito à limpeza de áreas de protecção junto às redes viárias, ferroviárias e aglomerados populacionais.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Vítor Trindade: “relativamente à Informação Escrita apresentada pelo Senhor Presidente de Câmara, tecer três ou quatro considerações que me parecem pertinentes e até solicitar alguns esclarecimentos ao Senhor Presidente. Relativamente à Situação Financeira, não obstante o que já foi adiantado por parte do Senhor Presidente, congratulamo-nos pela alteração da estrutura da Dívida em 27.12.2006; obviamente que a Contratação de um Empréstimo, que nós aqui aprovámos, não deixou de ter a correspondente influência nesta situação e, obviamente que o Senhor Presidente, na altura, o referiu quando se levantava alguma preocupação relativamente aos Outros Credores que não a Banca, aliás, até porque haveriam algumas preocupações com

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

- Protocolo
 - . Curso Tecnológico de Administração
- Protocolo
 - . Curso Tecnológico de Informática
- . Inquérito
 - Autocarro Municipal - Transportes Escolares

* Trabalhadores da Câmara Municipal de Soure

. Natal / 2006

O Presidente da Câmara,
(João Gouveia, Dr.)
2006/12/28

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “no que diz respeito à parte económica, referir que, como é visível, vamos terminar o ano em ritmo de diminuição de dívida e, mais importante que esta diminuição, uma melhoria da estrutura da dívida, isto é, uma predominância da dívida de médio/longo prazo à Banca e uma diminuição da dívida de curto prazo a Outros Credores que não a Banca. Importa referir que durante o corrente ano de 2006, como que pré-anunciando a nova Lei das Finanças Locais e no âmbito do aprovado em Sede de Lei do Orçamento Geral de Estado, todos os Municípios têm, trimestralmente, sido “obrigados” a enviar à Direcção-Geral das Autarquias Locais e à Direcção-Geral do Orçamento, em formulário próprio, a “descrição” do seu endividamento e o posicionamento do mesmo perante o endividamento líquido disponível. A avaliação que tem vindo a ser feita trimestralmente coloca o Município de Soure numa situação de estar abaixo do limite máximo fixado por essa via... não estamos muito abaixo, mas vamos fechar o ano a cumprir as regras que nos são aplicáveis ainda que delas, evidentemente, discordemos. Quanto às Despesas com Pessoal, matéria sobre a qual muito se tem escrito e falado, dizer o seguinte: também a nível deste indicador, a Administração Central, via Direcção Geral do Orçamento, faz o controle trimestral daquilo que é a evolução das despesas com o pessoal em cada Autarquia e nenhuma Autarquia pode apresentar em Despesas com Pessoal, um valor superior ao das Despesas com Pessoal verificadas no trimestre do ano anterior homólogo, acrescido dos aumentos justificados... nós, de acordo com esse controle, iremos terminar o ano com um valor em Despesas com Pessoal que é inferior ao máximo legalmente previsto que são as Despesas com Pessoal do ano anterior mais os aumentos justificados. O que são aumentos justificados?... São, por exemplo, o aumento dos encargos

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

* AÇUDES E REPRESAS

. Intervenções Diversas

* Poluição do Rio Arunca

. Constituição como Assistente

* Consulta Pública no Âmbito do Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do Projecto “Ampliação da Pedreira n.º 2986 - Serra do Carvalhal”

. Parecer/Conjunto de Sugestões

* Protecção de Margens e Taludes do Rio Arunca, por Administração Directa

. Obras Iniciadas e Concluídas

- Vila Nova de Anços

- Mato Barco - Soure

OUTROS

* Cedência dos Autocarros Municipais em Iniciativas Diversas, designadamente nas áreas da Educação, Cultura, Desporto, Tempos Livres e Acção Social

* GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2006

. Aprovação de Propostas de Alteração - 7.^a/7.^a -, - 8.^a/8.^a -, - 9.^a/9.^a -, - 10.^a/10.^a - e - 11.^a/11.^a –

* SERVIÇOS MUNICIPAIS

. FORAL - RECURSOS HUMANOS – FORMAÇÃO / SIG

Programa SIG - Implementação do Sistema de Informação Geográfica

- Consulta Prévia e Adjudicação

Programa DIQUAL QASST

Implementação dos Sistemas de Gestão de Qualidade, Ambiente E Saúde e Segurança no Trabalho

- Ajuste Directo e Adjudicação

* RECURSOS HUMANOS

. Sistema de Gestão de Atendimento

- Entrada em Funcionamento

. Estágios - Agrupamento de Escolas de Soure

- Acordo de Cooperação

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

Obra Iniciada e Concluída, por Administração Directa

* CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS RURAIS

. Alargamento e Correção do Traçado do CM 1119, Sobral/Bonitos

- Obra em Curso

. Correção da Plataforma da Estrada de Ligação de Porto Godinho a Queitide, Freguesia de Vinha da Rainha

- Obra em Curso, por Administração Directa

. Limpeza e Regularização de Pavimentos com Tout-Venant, por Administração Directa

- Obras Iniciadas e Concluídas

Estrada de Acesso à Estação de B. Lares - Freguesia de Samuel

Estrada de Acesso à Capela de Queitide - Freguesia de Vinha da Rainha

Estrada da Serrada em Paleão - Freguesia de Soure

Estrada de Acesso ao Campo de Futebol da Vinha Rainha

Estradas de Alencarce de Baixo/Fuzeiros e Casal do Mareco/Fuzeiros

* Aquisição de Maquinaria e Equipamento

. Retroescavadora

- Entrada em Funcionamento

* Tapagem de Buracos e Reparações Diversas

* Corte de Silvas em Diversos Locais

* Limpeza e Execução de Valeta

* Limpeza e Execução de Bermas

* Execução de Aquedutos Diversos

DEFESA DO MEIO AMBIENTE

* JARDINS E PARQUES

. Conservação/Reparação de Equipamentos

- Intervenções Diversas

. Manutenção de Parques Infantis

- Intervenções Diversas

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

* ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SOURE

- . Apoio Regular às Despesas de Funcionamento
- . Transferências de Capital
- . Apoios ao Investimento
 - Viatura para Transporte de Doentes
 - 2 Viaturas de Emergência Médica

* Antigas Termas da Amieira

- . Autorização de Abate de Eucaliptos

* Cheias

- . Apoio às Populações Atingidas
 - Serviços Municipais em Articulação com o Corpo Activo da A.H.B.V.S.

ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

* Conservação/Reparação da Rede Existente

- . Construção de Estação Elevatória//Casais de S. Jorge - Freguesia de Degracias
 - Obra Concluída

* Substituição de Contadores de Água

* Manutenção e Limpeza de Reservatórios

* Prolongamento de Conduitas em Diversos Lugares do Concelho

* Execução de Ramais Domiciliários

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

* MERCADOS E FEIRAS

- . FESTAS DE S. MATEUS E FATAÇIS//2006
 - Concretização das Acções Programadas

COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

* ALCATROAMENTOS NOVOS

- . Arruamentos na Freguesia da Granja do Ulmeiro
 - Zona Envolvente ao Cemitério da Granja do Ulmeiro

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

- Obra Concluída

* Bairro Pré-Fabricado

. Demolição de 2 Casas Pré-Fabricadas - 3.ª Fase

- Ajuste Directo e Adjudicação

. Demolição de 1 Casa Pré-Fabricada - 4.ª Fase

- Ajuste Directo e Adjudicação

SANEAMENTO E SALUBRIDADE

* REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DO CASAL DOS BACELOS/PORTO GODINHO E LUGARES LIMÍTROFES

. Obra quase Concluída

* REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DO SOBRAL E LUGARES LIMÍTROFES

. Obra em Curso

* PROLONGAMENTO DE COLECTORES

. Diversos, por Administração Directa

* CEMITÉRIOS - Construção/Reabilitação

. Das Paróquias - Participações

- Cemitério da Capelania do Espírito Santo (2.ª Fase) - Freg. de Soure

* Manutenção e Conservação das Redes Existentes

* Manutenção e Conservação das ETAR's Existentes

* Limpeza e Manutenção do Espaço Envolventes às Etar's

* Limpeza de Fossas

* Recolha Sistemática e Regular do Lixo em todo o Concelho

* Lavagem Periódica e Manutenção Regular de Contentores

PROTECÇÃO CIVIL

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

- . Prolongamentos e Requalificações da Rede
 - Diversos
- . Aquisição de Candeeiros e Luminárias
- * CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS
 - . Remodelação da Ala Nascente do Edifício dos Paços do Concelho
 - Obra Concluída
- * REABILITAÇÃO DE LARGOS E PRAÇAS
 - . Zona Envolvente ao Centro Social e Cultural Sampedrense - Freg. de Figueiró do Campo
 - Obra Iniciada e Concluída
 - . Zona Envolvente à Associação Cimeirense de Solidariedade de Social - Freg. de Fig. do Campo
 - Obra Iniciada e Concluída
- * CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
 - . Alfarelos, Granja do Ulmeiro e Figueiró do Campo - Troço da EN 347
 - Obra quase Concluída
 - . Zona Envolvente ao Cemitério da Granja do Ulmeiro
 - Obra Iniciada e Concluída, por Administração Directa
 - . Escada de Ligação entre a EN 342 e o Loteamento da Cerca dos Anjos
 - Obra Concluída
 - . Zona Envolvente à Casa Mortuária de Queitide
 - Obra Iniciada e Concluída
- * Aplicação de Abrigos
- * OFICINAS E ARMAZÉNS
 - . Ampliação/Recuperação das Garagens
 - Obra em Curso, por Administração Directa
- * CASAS MORTUÁRIAS - DAS FREGUESIAS
 - . Comparticipações / 2006 - (1)
 - . Queitide - Freguesia da Vinha da Rainha

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

- . Participação nas Reuniões
- * Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)
 - . Participação nas Reuniões
- * Apoio a Festas de Natal/2006
- * CASA DA CRIANÇA
 - . Festa de Natal/2006
 - Aquisição de Prendas
 - Organização
 - Participação da Comunidade Educativa
- * Alienações a Título Gratuito
 - . Associação Cultural, Desportiva e de Solidariedade Social da Freguesia de Vinha da Rainha
 - Parcela de Terreno
 - . APPACDM de Soure
 - Imóvel

SAÚDE

- * ECO-SAÚDE
 - . Transporte de Utentes das Freguesias de Brunhós, Degracias, Pombalinho e Tapeus
- * CENTRO DE SAÚDE DE SOURE
 - . Unidade de Saúde Familiar
 - Entrada em Funcionamento
 - . Reuniões
 - Comissão de Utentes de Soure
 - Administração Regional de Saúde

HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- * Plano de Pormenor da Zona Nordeste da Vila de Soure
 - . Medidas Preventivas
 - Prorrogação de Prazo
- * ILUMINAÇÃO PÚBLICA

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

- APOIO À FAMÍLIA

- . 274 (duzentos e setenta e quatro) situações sinalizadas de crianças/jovens, oriundas das 12 (doze) Freguesias do Concelho
 - 11 - nos Jardins de Infância
 - 115 - em Escolas do 1.º CEB
 - 82 - no 2.º e 3.º CEB
 - 66 - nas próprias Famílias
- . 186 (cento e oitenta e seis) crianças/jovens já foram alvo de atendimento personalizado, primeiro com a Família, depois em sessões individualizadas, no Gabinete de Apoio à Família
- . Articulação Escola/Família
- . Articulação com a ECAE (Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos)
- . Acompanhamento de 6 (seis) situações sinalizadas na CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens)
- . Acompanhamento regular dos casos seguidos pelo PIIP (Projecto Integrado de Intervenção Precoce/Crianças dos 0 aos 3 anos) - Núcleo de Soure

- PEDAGÓGICO

- . Apoio directo aos Alunos numa Escola do 1.º CEB - Cotas
- . Apoio individualizado a 4 (quatro) casos concretos no Gabinete de Acção Social
- Acções de Formação/Auxiliares de Acção Educativa
 - *Actividades de Enriquecimento Curricular - Gostar de Estar... e de Fazer*
 - *Actividades de Enriquecimento Curricular - Gostar de Estar...de Fazer e ainda de Representar!!*

* REDE SOCIAL

- . Conselho Local de Acção Social - Reunião
 - Emissão de Pareceres
 - Candidaturas ao Programa Escolhas
 - Habitação Social
 - Actualização de Diagnóstico - Candidatura ao PROHABITA

* Programa Escolhas

- . Acordo de Consórcio

* NLI/RSI - Rendimento Social de Inserção

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

* IV CICLO DE TEATRO DO CONCELHO DE SOURE

. Organização e Concretização das Acções Programadas

* Montagem e Desmontagem de Palcos e Pavilhões em Iniciativas Diversas no Concelho

* Presença e Colaboração Efectiva nas Diversas Iniciativas Concelhias

DESPORTO E TEMPOS LIVRES

* POLIDESPORTIVO DA FREGUESIA DAS DEGRACIAS

. Construção de Balneários

- “Arranjos Exteriores” em Curso

* APOIOS AO INVESTIMENTO

. Aprovação // 2006 - (3)

. Subscrição de Protocolos

. Transferências de Capital

* APOIO AO DESPORTO

. Proposta // 2006

. Apoio Regular às Despesas de Funcionamento

* EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS - Apoio

. 12.º Saurium TT

- Clube de Tracção Total Aventuras de Soure

Acção Social

* GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL

• Funcionamento // Balanço Maio 2004 /Novembro 2006 // Três Níveis de Intervenção

- SOCIAL

. Acompanhamento da Rede Social

. Levantamento/Caracterização/Acompanhamento, em articulação com a Segurança Social e outras Instituições do Concelho, de situações de agregados familiares em condições sócio-económicas desfavorecidas

. Actualização dos dados relativos à situação sócio-económica dos habitantes do Bairro situado à entrada da Vila de Soure

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

* CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

. Reunião

* CARTA EDUCATIVA

. Conclusão

CULTURA

* BIBLIOTECA MUNICIPAL

. Aquisição de Fundos Bibliográficos

. Programa Integrado de Promoção da Leitura

- Hora do Conto/Ação Diária na Biblioteca Municipal - *Os Direitos da Criança*

- *As Velhas Histórias da Avó Guiomar* -

- Participação das Crianças dos Jardins de Infância, IPSS's e Alunos do 1.º CEB

. Festa de Natal 2006

- Organização

- Participação das Crianças dos Jardins de Infância, IPSS's e Alunos do 1.º CEB

- Participação Especial da APPACDM de Soure

* MUSEU MUNICIPAL

. Aquisição de Equipamento Informático/POS-C

- Aprovação de Candidatura

- Consulta Prévia e Adjudicação

* APOIOS AO INVESTIMENTO

. Subscrição de Protocolos

. Transferências de Capital

* APOIO AO FOLCLORE, MÚSICA E TEATRO

. Proposta // 2006

. Apoio Regular às Despesas de Funcionamento

* XV ENCONTRO DE BANDAS DO CONCELHO

. Apoio

* APOIO A FESTIVAIS E INICIATIVAS DIVERSAS

. Cercal Rock / 2006

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

- . EB 1 de Figueiró do Campo
 - Colocação de Vedação
 - Obra Iniciada e Concluída
- . Intervenções Diversas, por Administração Directa
- * Equipamento Informático - Educação Pré-Escolar
 - . Assistência Técnica
 - Ajuste Directo e Adjudicação
- * Ligação à INTERNET - 1.º CEB
 - . Assistência Técnica
 - Ajuste Directo e Adjudicação
- * FESTAS DE NATAL - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CEB
 - . Aquisição de Prendas
- * SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA
 - Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar
 - Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições dos Alunos do 1.º CEB
 - . Adenda ao Acordo de Cooperação - Ano Lectivo 2006/2007
 - . Compartição Familiar - “ “ “ “
 - . Acordos de Cooperação - “ “ “ “
 - . Funcionamento Regular destes Serviços
- * Programa de Generalização do Ensino do Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º CEB
 - . Contrato-Programa
 - . Acordo de Cooperação - Protocolo (Tipo)
 - . Funcionamento Regular deste Programa em todas as Escolas
- * BIBLIOTECAS ESCOLARES
 - . Articulação de Actividades com o Agrupamento de Escolas de Soure
- * Distribuição de Lenha
- * Verificação/Manutenção do Sistema de Aquecimento nos Jardins de Infância e Escolas do 1.º CEB
- * Distribuição de Leite Escolar

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

SITUAÇÃO FINANCEIRA

DÍVIDA EM 27.12.06

BANCA	8.843.261,09 EUROS
A OUTROS CREDORES	4.119.278,80 EUROS
TOTAL	12.962.539,89 EUROS

ANEXO 2

EDUCAÇÃO

- * CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE JARDINS DE INFÂNCIA
. Intervenções Diversas, por Administração Directa
- * CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE ESCOLAS DO 1.º CEB

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

PERÍODO COMPREENDIDO

ENTRE 28 DE SETEMBRO E

27 DE DEZEMBRO DE 2006

1. Situação financeira da Autarquia em 27 de Dezembro de 2006 - Ver anexo 1 –
2. Descrição, sucinta, das principais Acções desenvolvidas ao longo do período em epígrafe - Ver anexo 2 -

ANEXO 1

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia: “não há expediente de grande relevo que justifique alguma informação.”

Período da Ordem do Dia

PONTO 1. APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL

INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A

ACTIVIDADE MUNICIPAL

Nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

- Ramiro Lucas Valente;

Apresentou justificação:

- Arlindo Rui Simões da Cunha, Dr.;

Da LISTA INDEPENDENTE “SEMPRE POR SAMUEL” verificou-se a **presença** do Senhor Deputado:

- José Ribeiro Catarino;

Da BANCADA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- José Francisco Ferreira Malhão, Dr.;
- Manuel José de Almeida Lopes, Eng.º;
- João Augusto de Castro Ramos Pereira, Eng.º;

Estiveram presentes nesta Sessão vinte e oito membros, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia, confirmada a existência de quórum, declarou aberta a Sessão.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Ordem de Trabalhos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o 1.º Secretário, Dr. João Cruz, se encontrava ausente por motivos profissionais, propondo o Senhor Deputado António Letra para o substituir.

Período de Antes da Ordem do Dia

PONTO 1. APRECIACÃO DA PROPOSTA DE ACTA DE 30.06.2006

Foi deliberado, por maioria, com vinte e quatro (24) votos a favor e uma (1) abstenção, aprovar a presente proposta de acta. -----

PONTO 2. LEITURA DE EXPEDIENTE/INFORMAÇÕES

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

Período de Intervenção do Público

Foi distribuída a folha de presenças que circulou pelas Bancadas, tendo-se verificado a **presença e faltas** dos Senhores Deputados:

Da **BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- Manuel de Sousa Domingues, Dr.;
- Maria Isabel Franco Gonçalves Verão, Dra.;
- Vítor José Pereira das Neves Morais Trindade, Dr.;
- Luísa Margarida Lima Anjo, Dra.;
- Carlos Jorge Matos dos Santos;
- Nádía Filipa Antunes Madeira Gouveia, Dra.;
- António da Silva Letra;
- José Rodrigues Nunes;
- António Travassos Rodrigues Serrano;
- Fernando Cordeiro Contente Ferraz, Dr.;
- Luís Carlos Gonçalves Redinha;
- José António Nunes da Silva Mendes;
- António dos Santos Monteiro Batista, em substituição do Senhor Deputado Carlos Alberto Rodrigues Góis, Eng.;
- José Manuel Coelho Bernardes;
- António Abreu Gaspar;
- António Nunes Costa;

Apresentou justificação:

- João de Sousa Cruz, Dr.;
- José Maria Ferraz da Fonseca;

Da **BANCADA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- Adelino Gomes Henriques, Prof.;
- António Simões de Almeida;
- António Campos Ramos;
- Maria Lucília Almeida Galvão;
- Joaquim Góis Duarte Estrela;
- Virgílio Santos Silva;
- Carlos Miguel Simões Pimenta, Dr.;
- José Rosário Martins;

Não apresentou justificação:

- Manuel Augusto Serralha Duarte, Dr.;



MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Dezembro de 2006

ACTA N.º 6/2006

No dia trinta de Dezembro do ano dois mil e seis, pelas 10,20 horas reuniu, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Soure, convocada nos termos Regimentais para a sua **QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA**, com a seguinte Proposta de Ordem de Trabalhos:

Período de Antes da Ordem do Dia

Ponto 1. Apreciação da Proposta de Acta de 30.06.2006

Ponto 2. Leitura de Expediente/Informações

Período da Ordem do Dia

Ponto 1. Apreciação de uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, sobre a Actividade Municipal

Ponto 2. EDUCAÇÃO – CARTA EDUCATIVA

. Proposta

Ponto 3. HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO

. Plano de Pormenor da Zona Nordeste da Vila de Soure

- Medidas Preventivas

. Prorrogação de Prazo

Ponto 4. SANEAMENTO E SALUBRIDADE

. Protocolo - ETAR de Figueiró do Campo

- Município de Soure e a Águas do Mondego, S.A.

Ponto 5. Apreciação de Propostas das Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e do Orçamento para o ano de 2007

Ponto 6. *Outros assuntos a incluir, se for o caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro*